



Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas
2018

LIJUN WANG

***A CIDADE DO FIM*, DE MIGUEL REAL –
UMA CARTOGRAFIA AFETIVA DE MACAU**



Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas
2018

LIJUN WANG

***A CIDADE DO FIM*, DE MIGUEL REAL –
UMA CARTOGRAFIA AFETIVA DE MACAU**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Línguas, Literaturas e Culturas, realizada sob a orientação científica do Dr. Paulo Alexandre Cardoso Pereira, Professor Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Prof. Doutor Carlos Manuel Ferreira Moraes
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Dora Maria Nunes Gago
Professora Associada da Universidade de Macau (arguente)

Prof. Doutor Paulo Alexandre Cardoso Pereira
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientador).

Agradecimentos

No final deste trabalho, quero deixar expressa a minha gratidão:

– à minha família, pela oportunidade que me proporcionou de estudar em Portugal, permitindo-me contactar com uma cultura e estilo de vida tão diferentes e, deste modo, ampliar os meus horizontes. Guardarei, para sempre, a minha estadia em Portugal como uma experiência valiosa;

– ao Doutor Paulo Alexandre Pereira, pela inspiração e pelos esclarecimentos sobre as partes mais complexas do romance, bem como por toda a orientação dispensada durante a realização deste trabalho;

– aos docentes do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, por todos os conhecimentos que me transmitiram sobre a cultura e a história de Portugal.

palavras-chave

Macau, comunidades portuguesas, relações luso-chinesas, Miguel Real.

resumo

Macau permanece ainda hoje uma ponte que liga as culturas da China e de Portugal. Através da análise do romance de Miguel Real, *A Cidade do Fim*, é proposta, na presente dissertação, uma seleção de imagens consideradas significativas para ilustrar o contexto histórico e a situação social de Macau nos anos 40 do século XX, os conflitos então existentes e o modo como se processava a comunicação entre as comunidades portuguesa e chinesa, até ao regresso do território à soberania chinesa. A diegese do romance entrelaça duas histórias de amor: o amor pela cidade de Macau e a relação interdita entre um homem e uma mulher. A cidade de Macau é, na realidade, a verdadeira protagonista do romance: é a sua cultura que determina o modo de viver das pessoas, os seus destinos, as suas relações, os seus modos de pensar, ser e agir. Cidade híbrida, na qual convivem colonizadores e colonizados, para além de outras comunidades fortemente heterogéneas, Macau constituirá o principal objeto de indagação da presente dissertação. *A Cidade do Fim*, derradeira narrativa que integra o “ciclo colonial” ficcionalmente desenvolvido por Miguel Real, assinala o momento declinante do império português e a derrota de colonialismo. Neste contexto, serão ainda analisados as contradições, fricções e conflitos entre colonizadores e colonizados.

keywords

Macao, Portuguese communities, Luso-Chinese relations, Miguel Real.

abstract

Macao has always been a bridge connecting the cultures of the two countries, China and Portugal. Through the analysis of the novel by Miguel Real, *A Cidade do Fim*, we look into a selection of fictional images considered significant, in order to illustrate Macao's social situation in the 1940s, the conflicts which took place, and the communication between the Portuguese and the Chinese communities until the return of Macao to Chinese rule. Two love stories are interwoven in the plot of Real's novel: the love towards the city of Macao and the forbidden love affair between a man and a woman. Macao is indeed the real protagonist of the narrative: its culture determines the people's ways of life, their destinies, relationships and ways of thinking, being and acting. Taking it as a hybrid city in which both colonizers and colonized coexist, apart from other heterogeneous communities, this dissertation will particularly focus on Macao. *A Cidade do Fim*, the last work included in the "colonial cycle" developed by Miguel Real in his fiction, marks the last moment of the Portuguese Empire and the defeat of colonialism. Within the framework of the colonial relationship, many colonized suffered oppression, discrimination, violence and unfair treatment. Therefore, the contradictions and frictions opposing colonizers and colonized will also be dealt with in this work.

Índice

Introdução.....	1
1. <i>A Cidade do Fim: entre História e Ficção</i>.....	6
1.1. A trajetória do autor.....	6
1.2. Escrever a História, segundo Miguel Real.....	6
1.3. História(s) alternativa(s).....	10
1.4. Os bastidores da escrita.....	13
2. <i>A Cidade do Fim: da História ao Texto</i>.....	17
2.1. A origem de Macau.....	17
2.2. Macau: uma encruzilhada religiosa.....	20
2.3. Imagens ficcionais da história de Macau (séculos XIX-XX).....	23
3. Macau: um espaço híbrido.....	32
3.1. De 1553 a 1784: a chegada dos portugueses e a transformação da situação administrativa de Macau.....	32
3.2. De 1784 a 1849: o fortalecimento do poder português.....	37
3.3. De 1849 a 1898: o declínio do governo de Qing e a consolidação da administração portuguesa.....	39
3.4. De 1898 a 1999: do domínio português à devolução de Macau à República Popular da China.....	40
4. Macau: cenário de uma história de amor proibido.....	48
Conclusão.....	61
Bibliografia.....	63

Introdução

Quando cheguei a Portugal, procurei encontrar interesses comuns com os meus novos amigos portugueses, não só para se pudesse com eles comunicar, mas também para expandir os meus conhecimentos sobre a cultura nacional.

Uma das perguntas que lhes coloquei foi: «conhecem alguns lugares da China?». Alguns responderam que conheciam Macau e Xangai; outros Macau e Pequim. Sendo a capital da China, Pequim é o centro político, científico, cultural e educativo do país, e uma cidade representativa da cultura chinesa, onde o passado tradicional e a modernização se unem. Xangai, a Pérola do Oriente, é uma cidade cosmopolita, o centro financeiro e económico, tendo, por isso, um ritmo vertiginoso de desenvolvimento. Por ter sido uma antiga colónia portuguesa, Macau é a única cidade na China que preserva uma profunda relação com Portugal, mantendo-se ainda hoje o centro da coexistência de duas culturas, duas histórias e duas comunidades.

Há jovens que têm preferência por cidades grandes e modernas, com forte pujança económica. Assim, na expectativa de auferirem salários mais elevados e melhorarem o seu estilo de vida, ambicionam ir viver para Xangai – cidade cosmopolita e internacional por excelência. Outros desejam conhecer mais acerca da cultura chinesa ou ampliar os seus conhecimentos ao nível da educação superior; esperam, por isso, conseguir ir para Pequim. Há ainda outros que preferem de cidades onde é mais fácil integrarem-se, por serem mais acolhedoras e de escala mais familiar. E, aqui, Macau afigura-se como uma escolha acertada.

Junto daqueles que já foram a Macau, tentei indagar as suas opiniões e impressões sobre a cidade. Uma inquirida confidenciou-me que, quando chegou a Macau, não sentiu nada de estranho: pelo contrário, foi dominada por um sentimento familiar de quem já conhecia a cidade. No Largo de Santo Agostinho de Macau, pôde reconhecer as típicas calçadas portuguesas. As pedras usadas nestas calçadas foram transportadas de Portugal, trazendo consigo uma carga simbólica que reenvia para a tradição da metrópole. Visitou também muitas igrejas que exibem um estilo português, como a Igreja de Santo Agostinho, a Igreja de São Lourenço e a fachada da igreja mais famosa, as Ruínas da Antiga Catedral de São Paulo. Nesta cidade, também nunca faltam exemplos da gastronomia portuguesa, como os pastéis de nata, um dos doces mais

típicos de Portugal. Referiu ainda que parecia que nunca tinha saído de Portugal quando, de pastéis de nata na mão, passeava nas ruas decoradas com calçada portuguesa. As ruas e as avenidas têm nomes portugueses e cantoneses; até quando apanhava autocarros, conseguia identificá-los quando se aproximavam das paragens.

Macau é uma cidade com um estilo próprio, algo que a minha amiga pôde verificar com a visita aos templos de A Má, por exemplo, mas também outros tipos de construções religiosas taoístas. Deste modo, vivenciou não só aspetos da cultura portuguesa, como pôde conhecer dimensões da cultura tradicional de Macau e alguns costumes chineses. Não precisou de nenhum esforço especial para se adaptar à diferença de estilo de vida que experimentou durante a sua estadia, tendo conseguido habituar-se perfeitamente, dadas as semelhanças entre a cidade de Macau e Portugal. Por outro lado, também teve a oportunidade de alargar os seus horizontes, tomando contacto com uma cultura distinta da portuguesa. Na verdade, antes de chegar, ela sabia que Macau tinha sido uma colónia portuguesa. Todavia, uma vez que tinha regressado ao domínio chinês a partir de 1999, supôs que talvez não fosse fácil encontrar marcas da herança do Império Português. Mas, para os macaenses, a História é uma riqueza do país e deve ser preservada. De uma forma geral, para os portugueses, a China é um lugar distante, mas, através de Macau, os dois países (Portugal e China) mantêm uma relação mais próxima.

Antes desta conversa, pretendi investigar, junto de dois macaenses, quais eram os conhecimentos que estes tinham acerca dos portugueses em Macau. Responderam que, atualmente, os portugueses constituem mais ou menos 1,4 por cento da população total; que costumam exercer as suas profissões no setor judicial e têm trabalhos relacionados com as leis, exercendo, por exemplo a profissão de advogados, contabilistas, juizes. Isso acontece porque costumam conseguir dominar bem as duas línguas – o português e o cantonês –, compreendendo melhor as leis em português. Também noutros domínios conseguem geralmente ganhar bem e obter benefícios correspondentes aos cargos que ocupam. Depois de Macau ter regressado ao domínio da China, alguns portugueses retornaram ao seu país natal. Por outro lado, as novas gerações já não querem ir para um lugar tão distante quando têm oportunidades profissionais em França ou na Alemanha, países mais próximos de Portugal. Assim, o número de portugueses a viver em Macau foi diminuindo, ficando reduzido a uma pequena comunidade. Os dois macaenses com quem conversei contaram-me que não era muito fácil terem uma relação de proximidade com os mestiços ou com os portugueses na

vida quotidiana. Normalmente, os portugueses em Macau optam pelas escolas bilingues de português e cantonês para os seus filhos, garantindo assim que estes dominarão a língua portuguesa. Porém, este tipo de escolas é bastante dispendioso. Assim, para preservarem os costumes, a cultura e a identidade portuguesa, muitas famílias portuguesas insistem em escolher este tipo de educação. A geração do novo milénio acha que não é necessário optar por este tipo de escola para manter a identidade e que o seu preço é demasiado elevado. Este é um dos fatores que restringem as oportunidades de as gerações mais novas das duas comunidades se relacionarem uma com a outra. O governo, contudo, apoia um projeto de desenvolvimento de talentos na área do Direito e do Português, e dá aos membros de ambas as comunidades a oportunidade de frequentarem o curso de Direito na Universidade Católica.

Quando os dois macaenses inquiridos chegaram a Lisboa pela primeira vez, repararam nos estilos que viam, reconhecendo a presença da arquitetura portuguesa em Macau e a gastronomia tipicamente portuguesa. Associaram estes elementos à sua presença, ainda atual, na cidade de Macau e atribuíram a sua origem à cultura portuguesa. Estes elementos são importantes, dado que, com a passagem do tempo, muitos costumes e culturas acabam por se diluir. Por isso, com o decurso da história, alguns dos traços portugueses converteram-se em recursos culturais preciosos de Macau.

Acima de tudo, desde o desembarque dos portugueses até ao regresso de Macau para o domínio da China – ou seja, durante cerca de quinhentos anos –, a cultura portuguesa influenciou profundamente o território macaense, tornando-se seu património cultural. Durante este período, as transformações dos papéis das diferentes comunidades, os seus conflitos e relações, as mudanças de estatutos sociais, as alternâncias do centro do poder político e os fenómenos da governação colonial são tópicos que merecem ser conhecidos e estudados.

Assim, partiremos da leitura de um romance com um forte cunho histórico-documental – *A Cidade do Fim*, de Miguel Real – para esclarecer o processo de mudança ocorrido em Macau no período do colonialismo. Propomos, então, no presente trabalho, uma leitura do intertexto histórico-cultural do romance do autor. A multiplicidade de referências históricas, políticas e religiosas relativas ao território de Macau, largamente colhidas nas fontes documentais que Miguel Real não deixou de incorporar no romance, justifica, segundo julgamos, uma leitura menos centrada nos aspetos especificamente literários e mais atenta às várias dimensões do universo

referencial macaense que nele surgem ficcionalmente transpostas.

Na primeira parte, faz-se uma breve apresentação do autor do romance, um escritor contemporâneo, cultor do subgênero do romance histórico, a fim de proceder a uma distinção entre o romance histórico tradicional e o romance histórico contemporâneo, bem como caracterizar o estilo próprio do autor na composição dos romances históricos, com exemplos das suas obras integradas no chamado “ciclo brasileiro” da sua ficção. Apresenta-se também a pesquisa e o estudo documental desenvolvidos por Miguel Real, antes da escrita do seu romance de ambientação macaense. Esta apresentação breve permitirá compreender o programa de escrita do autor, designadamente no que diz respeito à tipologia deste romance, à forma como recolheu informações histórico-documentais, ao tempo de composição da obra e à conceção das personagens.

Na segunda parte, exploram-se principalmente as imagens de Macau presentes no romance. Em primeiro lugar, é facultada uma explicação sobre a origem de Macau, correspondente à citação da História do romance e, em seguida, apresenta-se uma breve resenha sobre a difusão da religião em Macau, o que permite tornar a intriga inteligível para um leitor não versado na história do território. São, por fim, analisadas as figurações ficcionais da cidade presentes no romance. São imagens que remontam aos anos 40, ilustrativas do período de guerra e dos conflitos entre as duas comunidades, até ao regresso de Macau ao domínio chinês.

Na terceira parte, o foco incidirá sobre a sociedade híbrida de Macau, sobre as deslocações nos centros do poder e as mudanças das relações entre chineses e portugueses.

Na última parte, revela-se o amor proibido entre um homem e uma mulher, protagonistas do romance de Miguel Real: Siu Lin e Fátimo. Embora se amassem, variados motivos obstaram ao seu casamento. Fátimo casou com uma portuguesa e Siu Lin casou-se com um chinês. No final, depois de terem ultrapassado inúmeros obstáculos, acabaram por contrair matrimónio. Todavia, antes disso, não tiveram coragem para contrariar a realidade imposta pelas rígidas normas sociais.

No romance de Miguel Real, Macau desempenha um papel de quase protagonista. A cidade surge como cenário omnipresente em toda a obra, tornando-se manifestas as mudanças ocorridas desde o período da guerra até à sua reapropriação pela China. Em Macau, os destinos individuais encontram-se estreitamente relacionados com a História, nomeadamente com a opressão política imposta pelo colonialismo. Foram

muitos os colonizados que sofreram com a discriminação e a violência dos colonizadores, o que degradou cada vez mais as relações, levando à luta dos colonizados pela sua liberdade e independência. Só no termo de um longo processo histórico, conseguiram triunfar.

1. *A Cidade do Fim*: entre História e Ficção

1.1. A trajetória do autor

Luís Martins (1953), cujo pseudónimo literário é Miguel Real, é não só escritor, como também ensaísta e professor de filosofia. Escreveu inúmeras obras de ficção, crítica e investigação histórica. Os temas dos seus livros relacionam-se predominantemente com a história de Portugal e com a história das colónias do antigo império português.

É autor de uma série romanesca centrada em torno da história das colónias do império português, entre os séculos XVI e XIX. Este ciclo ficcional iniciou-se com a obra *Memória de Branca Dias*, cuja intriga remonta ao século XVI, e foi encerrado com o romance *A Cidade do Fim*, cuja diegese decorre em 1999, altura em que o império português já tinha chegado ao seu fim há algum tempo, permanecendo, contudo, as figuras históricas pertencentes à memória cultural. Em *O Último Europeu*, *A Cidade do Fim*, *O Feitiço da Índia*, *A Voz da Terra*, *A Ministra* e *Memórias de Branca Dias*, Miguel Real, numa perspetiva pedagógica de revisionismo crítico, reescreve e reinventa a(s) história(s) do colonialismo português.

Vários de entre os seus livros e ensaios foram distinguidos com diversos prémios, como o de Revelação de Ensaio Literário APE/IPLB, em 1979, e o prémio Fernando Namora, em 2006.

1.2. Escrever a História, segundo Miguel Real

Normalmente, a escrita da ficção histórica é influenciada por múltiplos fatores, como, por exemplo, o período em que o romancista vive e escreve, as fontes que compulsa e a profundidade da investigação histórica que realiza em etapa anterior à escrita do romance, a metodologia da História que pratica, etc. Quando o romancista persegue a verosimilhança, torna-se fundamental um conhecimento das realidades históricas de que pretende apresentar a contraparte ficcional.

Assim, neste romance histórico “verista”, o romancista procura desenvolver

investigação historiográfica que lhe permita recuperar o mais fidedignamente possível as realidades passadas. Ora, o processo de escrita implica, de facto, a recolha de documentos e a consulta de fontes, de modo a que o conhecimento partilhado com os leitores seja verosímil e condizente com o seu horizonte de referência histórico. Posteriormente o factual e o ficcional misturam-se nas tramas inventadas pelo autor, nas imagens que constrói, na forma como projeta as identidades culturais e como ele próprio interpreta essas realidades. É evidente que, num relato ficcional, há sempre uma margem grande para a subjetividade e a invenção, o que significa que nenhum leitor deve esperar extrair versões precisas, objetivas e factualmente corretas dos acontecimentos históricos, a partir de um texto assumidamente ficcional. Como anteriormente referimos, o factual e o ficcional entrelaçam-se e há que estar atento à distinção entre o que é historicamente rigoroso e o que são as apropriações interpretativas do autor.

No século XX, com a intensificação dos movimentos de descolonização e, particularmente em Portugal, depois da Revolução dos Cravos, o sistema colonial foi forçado a admitir a sua ruína e a ser confrontado com as lutas das colónias ultramarinas pela independência. Muitas visões formadas em períodos anteriores sobre os imperialismos tradicionais foram reinterpretadas através da escrita de obras literárias de ambientação histórica. Os romances pós-imperiais focaram-se sobretudo na narração de aspetos das culturas nativas, asfixiadas pela opressão colonial, adicionando ao universo ficcional elementos de carácter religioso, etnográfico, político, etc., dando origem a uma visão ideológica renovada e afastada das narrativas clássicas, descartando assim a visão eufórica das relações imperiais.

Por outro lado, com o desenvolvimento da ficção histórica pós-modernista, os romancistas contemporâneos começaram a procurar novas formas de composição, não restritas aos modelos fixos das interpretações oficiais. Por exemplo, Miguel Real, influenciado pelas inovações do romance histórico contemporâneo, sob o pretexto de respeitar as realidades históricas, recorre a ingredientes ficcionais adequados para preencher os “espaços brancos” da História, estabelecendo uma relação complementar esta e a ficção. Os elementos ficcionais inventados podem provir de lendas, de relatos tradicionais, ter sido sugeridos por documentos relacionados com o assunto ou mesmo, até, de outras obras literárias. Além disto, para imbuir os seus romances de maior fidedignidade, Miguel Real viajou para os países em que ambientou as intrigas dos romances, como aconteceu, por exemplo, com as obras do ciclo brasileiro que foram

integralmente redigidas no Brasil. O processo de escrita é, no seu caso, precedido de uma pesquisa exaustiva. Para poder criar as obras, procura documentação em bibliotecas, recolhe materiais e interroga os habitantes locais. Com estas informações, o autor é capaz de recriar uma atmosfera cultural que corresponde ao que pretende dar a ver com a sua escrita (Beja, 2013:1-2).

De facto, no período imperial, o tema das relações entre o império português e o Brasil, sua colónia, é muito rico, havendo muitos temas relevantes que podem ser abordados em contexto ficcional, como o racismo, o escravagismo, as assimetrias entre classes sociais, os preconceitos, a violência do imperialismo, o sexo, a religião, etc. Estes são também temas reiterados nas narrativas de Miguel Real, sobretudo nos romances que integram o “ciclo brasileiro”, que abrangem toda a história colonial, desde a descoberta do Brasil até à sua independência. Através da ligação das diferentes etapas coloniais brasileiras e da reinvenção dos protagonistas, representam-se imagens históricas mais completas e matizadas desta colónia.

Em oposição ao romance histórico tradicional, em que os protagonistas são normalmente personagens de relevo ou figuras notáveis, nos romances de Miguel Real são apresentadas personagens marginais e alternativas, sendo, ao mesmo tempo, figuras que encerram conflitos em si próprios, o que lhes confere uma certa tipicidade.

Por exemplo, em *Memória de Branca Dias*, a protagonista feminina judaica foi para o Brasil para fugir da Inquisição em Lisboa. Com os seus sete filhos e o marido, constituiu uma família que observava o ritual judaico, mas, contrariamente ao ambicionado, com a presença do Santo Ofício no Brasil, a sua fuga à perseguição religiosa torna-se impossível, transformando-se em vítima da política antissemita.

Em *A Voz da Terra*, o protagonista, Júlio Telles Fernandes, filho de um português, nasceu no Brasil e veio para Lisboa, acompanhado do seu escravo. E é assim que este último, uma figura desvalida e marginal, testemunha as mudanças na capital portuguesa, por interposto olhar de Júlio. Antes do terramoto de 1755, existia uma cidade dominada pela utopia delirante do império e pelo fanatismo religioso. Persistiam alguns velhos conflitos entre nobres e pobres, sendo Lisboa uma cidade distante do mundo. Foi depois do terramoto, com a reconstrução pombalina, que essa ordem mental foi sendo substituída pelas novas ideias impulsionadas pelo comércio e pela indústria. No final, Júlio não se conseguiu habituar às novas formas de desenvolvimento de Lisboa; por isso, “não sentia que a sua pátria fosse Portugal, mas sim o Brasil”. (*apud* Martins, 2013: 40-41).

No seu romance *O Último Negreiro*, a sociedade onde o homem branco, Francisco Félix de Sousa, vivia era cheia de fraturas e conflitos sociais. Embora a escravatura já tivesse sido abolida em 1820, existiam ainda, no reino africano do Daomé, traficantes de escravos. Neste romance, são expostos muitos problemas sociais, sendo a sociedade colonial apresentada como escravagista, fortemente hierárquica e irremediavelmente corrupta. Em *Sal da Terra*, romance protagonizado pelo Padre António Vieira, as suas atividades missionárias e diplomáticas visavam reduzir a discriminação, reivindicando direitos justos para os índios (Martins, 2013:41).

Nestes romances do “ciclo brasileiro”, um dos tópicos mais insistentes é o da relação entre o império português e as suas colónias, com incidência nos múltiplos problemas sociais a ela subjacentes: tráfico de escravos, violência, discriminação exercida pelos colonizadores, injustiças sociais e estratificação rígida das classes sociais. O autor estabelece muitas ligações intertextuais, de modo a mostrar, de um modo mais abrangente, a história colonial. Assim, proporciona aos leitores uma melhor compreensão dos processos de mudança nas relações entre Brasil e Portugal, assim como dos principais conflitos vividos no Brasil durante o período colonial.

No romance, Miguel Real também retoma ou reinventa os protagonistas da História, nele fazendo pontificar heróis que duvidam dos valores imperialistas, das convicções religiosas, da opressão exercida pelo sistema político, das desigualdades entre classes e da política escravagista. Como antes salientámos, o autor tende a recorrer assiduamente a documentos históricos, relacionando-os entre si, por forma garantir o rigor da reconstrução do universo referencial e instaurar um efeito de real.

Outra especificidade da narração reside no facto de o escritor tentar aprofundar o retrato de uma personagem tipificada. O colonizador português típico conduz, então, uma existência luxuosa e corrupta, detendo altos poderes nos campos da economia, da política e da religião, não hesitando em matar e traficar os negros e os índios. Os governadores coloniais utilizam a religião para dirigir o pensamento dos colonizados e para se manterem no poder, reclamando, todavia, boas intenções ao efetuarem as chamadas missões para salvar os pagãos. Os colonizados constituem, deste modo, os grupos oprimidos que sofrem a violência, a discriminação e o comportamento bárbaro dos colonizadores. Assim, no discurso deste último, são frequentes expressões como «África, pátria do demónio», «preto atrai o demónio» e «o demónio entra nos escravos». Este contraste flagrante entre colonizados e colonizadores causa grande impacto nos leitores, tornando patentes os defeitos do colonialismo e proporcionando

uma lição importante para as sociedades modernas. Com efeito, uma das funções da História é precisamente a de servir de alerta e fonte de aprendizagem para quem a conhece: «Relembra a história de ontem para dar boas vindas à vida de amanhã» (Martins, 2013:46-48).

1.3. História(s) alternativa(s)

Uma característica distintiva da escrita de Miguel Real reside no facto de o autor conseguir descobrir ângulos alternativos de abordagem dos conteúdos tradicionais, vertidos nos relatos consagrados, assim conferindo uma fisionomia particular à sua narrativa.

O romance *O Último Europeu*, por exemplo, ilustra ficcionalmente os conceitos de utopia e distopia. De facto, já no ano de 1516, Thomas More tinha escrito a sua *Utopia* fundacional e, até 2015, esta temática foi repetida e reelaborada, acabando por se converter num género de grande fortuna literária. Aos olhos da personagem-narrador, o espaço utópico surge muito frequentemente associado a uma ilha, afastado da complexidade social, dotado de leis próprias, com regras sociais perfeitas e onde cada pessoa detém um estatuto social igual. Todas as pessoas e criaturas vivem em harmonia, não existindo guerra, opressão ou escravatura. A utopia replica, portanto, um verdadeiro paraíso.

Em *O Último Europeu*, Miguel Real entrelaça e concilia os conceitos de utopia e de distopia. Na perspetiva do narrador, todo o universo ficcional é concebido como uma utopia, uma nova Europa afastada da fonte dos males, localizada nas ilhas dos Açores, construída entre 2050 e 2284. Trata-se de uma sociedade perfeita, onde preponderam os valores da humanidade, beleza, justiça e igualdade e de onde foram extintas a fome, a doença, a miséria, a guerra e a violência. As pessoas que habitam este lugar são felizes, contribuindo cada uma para a comunidade, sem ódio nem afetos negativos. Apesar de coexistirem inúmeros elementos utópicos neste romance, os leitores podem, ainda assim, verificar que nele se reconhece a marca da distopia, pois torna-se visível que este sistema de utopia excessiva afeta a liberdade individual, destruindo o

significado da existência do ser humano como um corpo vivo, com consciência e singular. Esta duplicidade é demonstrada através da descrição da função do «Grande Cérebro Eletrónico».

Com efeito, em nome dos interesses da coletividade, cada pessoa tem de obedecer aos conselhos desta entidade. Os comportamentos e costumes da comunidade são controlados pela tecnologia, mas a ideologia dominante, detetável no discurso do personagem-narrador, é a de que, nessa sociedade utópica, todos têm liberdade para pensar, criar alternativas, querer e desejar. No entanto, é necessário atenderem «aos conselhos lúcidos do Grande Cérebro Eletrónico» (Real, 2015:17). Entidades do tipo do «Grande Cérebro Eletrónico» aparecem invariavelmente na ficção distópica, onde são frequentes as grandes máquinas que dirigem as ações de todas as pessoas. Quando a máquina para de funcionar, as pessoas, por estarem habituadas a serem controladas, ficam confusas e perturbadas, não sabendo mesmo como continuar as suas vidas até esta disrupção atingir o seu auge de destruição (Becker, 2015: 195-196).

Distinguindo-se da estrutura convencional de outras narrativas distópicas, este romance constitui uma distopia com roupas utópicas, ou seja, cria uma distopia disfarçada de utopia. A questão reside no «Grande Cérebro Eletrónico» que conduz a uma sociedade mecanicista, onde todos os sentimentos e sensações humanos são controlados e as relações interpessoais enfraquecidas. As pessoas fazem tudo o que a máquina manda, aceitando o forte condicionamento que restringe o seu pensamento. Perdem a liberdade de exprimir as suas opiniões e perdem os seus atributos particulares, não participando, de facto, no progresso da sociedade (Becker, 2015: 196-197).

Do nosso ponto de vista, a inovação em literatura implica a superação de velhos *clichés*, sendo necessária a imaginação do autor, principalmente quando se trata de ficção histórica, em que criatividade contribui para captar o interesse dos leitores. Apesar de as realidades históricas não poderem ser alteradas, uma simples mudança de perspetiva pode dar a origem a textos radicalmente diferentes e originais. Assim, a compreensão integral de um facto ou fenómeno histórico não pode ser atingida através de uma focalização unilateral. É preciso examinar as faces diferentes de um facto ou de uma personagem para se poder apreender a sua complexa totalidade.

Na narrativa *A Voz da Terra*, retextualiza-se, em registo romanesco, o mito do Marquês de Pombal, isto é, de Sebastião José de Carvalho e Melo. Esta figura histórica tinha já sido protagonista de várias obras literárias, na qualidade de herói e renovador arquitetónico de Lisboa, após o terramoto de 1755, sendo considerado pioneiro de

valores democráticos. Deste modo, durante um longo período, empenhado na reconstrução de Lisboa, foi glorificado e aplaudido pelo seu impressionante empreendimento.

Porém, existe uma face oculta e mais violenta do Marquês que gradualmente é revelada por alguns autores, tal como acontece no romance de Miguel Real. A violência representou, para esta personagem histórica, uma estratégia de controlo da população, através da qual ia eliminando as vozes contrárias, designadamente a dos jesuítas.

O Marquês de Pombal era uma figura que exercia grande influência sobre as diferentes classes sociais – clero, nobreza e povo –, servindo-se da violência repressiva como ferramenta de governação e concentrando em si o poder. Embora tenha conseguido manter um clima de aparente estabilidade, a concentração excessiva de poderes está na origem de crises sociais, assim como da insatisfação da população, acabando por comprometer o ritmo do desenvolvimento social. Assim, apesar da contribuição do Marquês de Pombal para a reconstrução de Lisboa, a sua política violenta e a concentração dos poderes revelavam uma outra face que os registos oficiais da História tinham deixado na sombra.

Deste modo, a metodologia de composição dos romances históricos contemporâneos distingue-se claramente daquela que subjaz ao cultivo do romance histórico tradicional. Como salienta Aldinida Medeiros,

É no século XIX que se demarca o nascimento do gênero romance histórico moderno, criado por Walter Scott e que atualmente é chamado pelos ensaístas de romance histórico tradicional. No que se refere ao romance histórico contemporâneo, é evidente que este ainda mantém algumas das características do tradicional, como buscar um equilíbrio entre a ficção e a realidade (...). Porém, apresenta mudanças significativas, principalmente, pelo fato de não mais tomar o acontecimento histórico apenas como pano de fundo e sim como foco central da narrativa. (Medeiros, 2015:12)

Esse equilíbrio entre a ficção e a realidade é verificável no romance de Miguel Real, uma vez que a História funciona nele, regra geral, como personagem principal. As mudanças nos destinos das protagonistas refletem, numa escala individual, a realidade histórica, como acontece, por exemplo, no romance *Memórias de Branca Dias*. No pensamento de Branca Dias, o Brasil representava um lugar edénico onde jorrava mel e açúcar, uma Terra Prometida. A realidade, contudo, estava longe de ser

assim. As garras de Inquisição estendiam-se já até ao Brasil e nenhum judeu conseguia fugir de um destino de violência e perseguição. Branca Dias tornou-se, por fim, numa das vítimas da política de antissemitismo inquisitorial.

Os romances de Miguel Real não funcionam apenas como uma apresentação neutra e factual da História. Neles abordam-se também as questões da etnia, da discriminação, da governação colonial, da cor da pele, das classes sociais, etc. O intuito destas abordagens renovadas é o de servirem como ponto de partida para a reponderação das diferentes versões dos acontecimentos. Os seus romances traduzem as preocupações mais urgentes do autor e, na realidade, são veículos ficcionais para as mensagens que o autor pretende transmitir. Cada romance histórico elege uma figura ou um acontecimento particular, relendo-os segundo uma nova focalização. A leitura destes romances históricos permite não só que os leitores expandam a sua enciclopédia histórica, como possibilita que pensem sobre a sociedade contemporânea e a sua relação com a História.

É de salientar também que, nestes romances, o autor recorre com frequência ao monólogo, para revelar aspetos psicológicos que, não só completam as características das personagens e a diegese do romance, como explicam, ainda, estrategicamente, a intriga. Com o desenvolvimento literário, surgem gradualmente novos modelos de escrita de ficção histórica, que tornam óbvio que relatar factualmente a História num romance é um projeto utópico. (Medeiros, 2015: 21-23)

1.4. Os bastidores da escrita

No romance *A Cidade do Fim*, conta-se a história de Macau, desde o período de guerra de 1940 até ao seu regresso ao domínio da China, encontrando-se, em paralelo, no centro da diegese, uma história de amor proibido.

O romance é constituído por vinte e três capítulos, iniciando-se cada um deles por uma letra do alfabeto e pela transcrição de epígrafes colhidas em poemas de Camilo Pessanha. O romance não só nos devolve as imagens históricas da cidade de Macau, do Santo Nome de Deus, como também cita a história da sua origem, refere o período de decadência, o processo de evangelização e, simultaneamente, descreve o contexto histórico no qual se insere a história individual das personagens e a mudança do poder

do império português em Macau. Fátimo Martins, o protagonista do romance, testemunha o processo de derrocada do império português em território macaense, as relações entre as diferentes comunidades que nele coexistem e as mudanças sociais que aí se fazem sentir.

Na perspectiva de Miguel Real, Macau é uma cidade milagrosa, tendo o autor visitado o território por altura da Páscoa, conforme explica em entrevista. Aí descobriu ainda vestígios da cultura portuguesa, mas observou, efetivamente, diferenças evidentes entre o antes e o depois. Que História aconteceu neste território que, em tempos, foi parte do império português? Na sua estância em Macau, Miguel Real informa ter adquirido um rico acervo bibliográfico e documental que lhe permitiu compor o seu romance, consultou bibliotecas para compulsar documentos relacionados com a história e a cultura de Macau e questionou, ainda, os habitantes locais sobre acontecimentos do passado, de modo a colher informações e confrontar pontos de vista diferentes. Embora o autor só tenha permanecido em Macau durante quinze dias e a redação do romance tenha sido realizada a partir dos documentos e livros consultados em bibliotecas, bem como das informações orais recolhidas, Miguel Real conseguiu reproduzir, com notável fidelidade, as dificuldades vividas no território de Macau durante a Segunda Guerra Mundial, causadas pelo aumento vertiginoso do número de refugiados e pela escassez da comida.

Assim, na oficina romanesca de Miguel Real, a pesquisa bibliográfico-documental é indispensável ao processo de escrita ficcional, não desperdiçando o autor a oportunidade de obter informações úteis para a composição dos seus livros. Normalmente, demora meses para proceder à leitura e análise dos documentos e livros que recolhe, seguidos de seis meses a um ano e meio para o trabalho específico da escrita da obra. Procura ainda, conforme confessa, viajar e observar *in loco* os locais que descreve no romance em que está a trabalhar. Exemplo disso são os seus romances sobre a história brasileira que foram inteiramente redigidos no Brasil. Devido à sua curta estadia em Macau, o autor teve que debater-se com algumas limitações no plano do conteúdo do romance *A Cidade do Fim*, uma vez que houve questões que, como esclarece o autor, não conseguiu aprofundar (Beja, 2013).

No primeiro capítulo do romance é relatado o nascimento e o contexto familiar do protagonista, Fátimo Martins, e esclarecida a ressonância religiosa do seu nome. Logo na abertura do romance, o leitor é informado do perfil do protagonista e posto ao corrente do seu estilo de vida, antes da sua chegada a Macau. Trata-se de um capítulo

que, pela sua função de retrospeção completiva, se distingue dos restantes. Nele se convoca também a história dos três pastorinhos que assistiram à aparição de Fátima. Como a mãe do protagonista era uma devota fervorosa, decidiu chamar ao seu filho Fátimo. No romance, torna-se evidente a presença marcante da religião, à qual muitos se submetiam, inclusivamente os próprios intelectuais bloqueados pelo espírito religioso. Era difícil para alguém escapar desta prisão simbólica. Fátimo conseguiu afastar-se fisicamente dela, ao ir para Macau, um novo lugar. Porém, aí, sentiu ainda mais agudamente a restrição religiosa, quando se apaixonou por uma mulher chinesa, Siu Lin. O amor entre ambos era proibido por motivos religiosos, sendo-lhes permitido apenas manter uma relação clandestina impossível de ser consumada em casamento. Só depois de 1980 é que ambos conseguem, até certo ponto, quebrar as restrições impostas pela religião, casando-se um com o outro.

No segundo capítulo, remontando ao passado, o narrador devolve imagens ficcionais da origem de Macau.

No capítulo seguinte, Fátimo chegou já a Macau. A cidade confrontava-se com o espectro da guerra, tendo milhares de refugiados procurado proteção no território. Este segmento do romance revela-se particularmente importante para o desenvolvimento da diegese. O autor segue de perto o relato contido no livro de memórias do Padre Joaquim Caetano, demorando-se na descrição do processo de evangelização e no fenómeno do desenvolvimento da religião em Macau.

Os capítulos seguintes descrevem o fim da guerra, o Movimento 1, 2, 3 e o regresso de Macau ao domínio da China. No romance, o verdadeiro protagonista não é Fátimo Martins, nem qualquer outra personagem humana. Na realidade, é sempre Macau que ocupa o centro da narrativa e que, em rigor, pode ser considerada o único protagonista. A cidade é, de facto, a única personagem cuja relevância se mantém imutável no decurso da diegese: Macau existe sempre como um território particular, coexistindo nele muitas tradições portuguesas preservadas que se misturam com os costumes chineses. É um território singular, distinto da China Continental e de Portugal também. Num espírito de tolerância e aceitação do Outro, culturas diferentes aí se reuniram e comunicaram entre si, transformando-se reciprocamente e gerando uma mistura singular de traços culturais. Macau é, de facto, inigualável. Distingue-se das demais colónias portuguesas, pelo facto de não ter sido completamente dominada pelo império português. Exemplo disto é o facto de, durante o período do governo português, apesar de a língua oficial ser o português, o seu uso não foi forçosamente implementado

em Macau porque grande parte da população provinha da China. Para evitar os conflitos entre as diferentes comunidades, o governo português em Macau permitiu que os chineses mantivessem os seus costumes e hábitos. Apesar disso, a presença de Portugal em Macau deixou a sua marca do estilo português na arquitetura e também em vários outros aspetos da herança cultural portuguesa, o que resultou na formação de uma cidade única, inimitável e insubstituível.

Ora, numa ficção de cunho histórico, a forma como se usa a imaginação não deve perturbar a verosimilhança, uma vez que, se a ela recorrerem sem qualquer controlo ou vigilância, os autores podem minar a credibilidade dos factos históricos e das próprias personagens. Para aumentar a credibilidade das personagens, antes do primeiro capítulo, é facultada ao leitor uma explicação necessária sobre Siu Lin, justificando-se ainda o estilo clássico do romance e alguns contextos da escrita de Fátimo Martins. O retrato de cada personagem é acompanhado pelo seu perfil e história familiar, fazendo-se articulações entre estas histórias individuais e a história de Macau. A genealogia de cada personagem surge delineada no romance. Remontar à origem das personagens não só aumenta a sua verosimilhança, como incentiva também o recurso a documentos históricos, enriquecendo o conteúdo do romance e expondo as mudanças históricas do território de Macau. É através da descrição das dificuldades das relações amorosas e da complicada relação de casal das personagens que são relevados os tipos de realidades sociais e as transformações da sociedade em Macau. Não é coincidência que o fim e o começo de cada relação entre as personagens do romance prefigure ou seja acompanhada de uma mudança da situação social.

Nos passos nucleares do romance, encontram-se imagens dos refugiados na década de 40 em Macau, bem como da sociedade do fim da guerra e, ainda, imagens que remontam ao tempo do Movimento 1, 2, 3. As experiências ficcionais da vida do protagonista permitem a revelação de acontecimentos ou fenómenos sociais importantes ocorridos na comunidade macaense, aos quais acresce a subjetividade do autor que completa esse relato, até porque, em grande parte dos documentos, é frequente encontrarem-se omissos alguns detalhes. O acréscimo razoável de detalhes imaginados pode aumentar o efeito comunicante do romance, uma vez que mais facilmente os leitores acedem ao ponto de vista do autor textual, fortemente implicado com o narrador. Deste modo, não se propõe ao leitor a mera transcrição das fontes e documentos, mas sim uma lição significativa sobre o passado. A História não é só uma representação do passado, mas sim pedagogia crítica exercida sobre ele.

2. *A Cidade do Fim*: da História ao Texto

2.1. A origem de Macau

No romance *A Cidade do Fim* pode reconhecer-se uma cartografia afetiva de Macau.

Através da incorporação intertextual do livro do Padre Joaquim Caetano, são apresentadas a origem e história do território de Macau. A fundação de Macau remonta ao século XVI, facto relatado no romance quando os antepassados de Herculano se tornaram os primeiros europeus a chegar ao território. Antes disso, os portugueses já tinham chegado à Índia e ao Oceano Pacífico, explorando nestas paragens os negócios de especiarias que precisavam de ser transportadas de Goa pelo Mar Vermelho. Apesar disto, os negócios foram dominados pelos comerciantes muçulmanos que estavam pouco dispostos a partilhar os lucros. Esta situação obrigou os portugueses a procurarem uma rota no Oceano Atlântico para as ilhas da Indonésia, porque a rota terrestre era controlada pelos comerciantes de Veneza e Génova e monopolizada pelos Mouros. Eram poucas as mercadorias transportadas da Ásia para a Península Ibérica. Depois de os portugueses obterem o monopólio dos negócios das especiarias pela força, estabeleceram imediatamente colónias em Goa, Ceilão, Malaca e Timor Leste, com vista a facilitar as relações comerciais (Scott, 2008: 2-3).

Os portugueses partiram depois de Goa para o sudeste da China, como referido no romance: «Diogo tinha partido de Goa para Sanchão e Lampacau, investiu nas sacas de pimenta de Malaca, iniciando assim um dos maiores empórios mercantis e financeiros de meados do século XVI no sudeste chinês.» (Real, 2013: 43). Em 1513, os portugueses chegaram à costa do sul da China e, embora tivessem sido expulsos pelo governo chinês em 1521, os negócios entre os dois países prosseguiram. Para as naus portuguesas, as tempestades nas épocas de monção eram a principal ameaça. Com o objetivo de ancorar na zona Sul da China, os portugueses ofereceram uma grande quantidade de âmbar cinzento aos chineses de Guangdong, porque sabiam que os chineses com posições sociais elevadas, e até o imperador – Jiajing, da Dinastia Ming –, procuravam sempre âmbar cinzento, uma secreção biliar das baleias, cuja composição se acreditava prolongar a vida.

Com a permissão dos chineses da alta sociedade de Cantão, os portugueses conseguiram obter autorização para entrar no sudeste da China nas épocas de monção. Na Dinastia Ming, o Taoísmo conheceu uma intensa difusão, granjeando muitos seguidores. Entre estes, o imperador Jiajing foi o mais conhecido. Era um defensor entusiasta das teorias religiosas taoístas que exaltavam o ideal de viver em harmonia e obedecer às ordens da Natureza para conquistar a longevidade. O imperador quis, então, que os taoístas conseguissem criar medicamentos que prolongassem a sua vida. O âmbar cinzento era um dos ingredientes mais importantes na composição dos medicamentos, tendo, portanto, sido procurado pelos chineses de classe social mais elevada.

No romance de Miguel Real, dilucida-se também a origem do topónimo Macau: «na zona mais seca do promontório (*Kok*) do templo da deusa *A Má*, divindade protetora dos pescadores do delta do rio das Pérolas, assim nasceu Macau (*A Má Kok*).» (Real, 2013: 43-44). Alude-se, ainda, a um relato lendário sobre *A Má*. Antigamente, os juncos, embarcações frágeis, eram apanhados ou destruídos pelas tempestades no mar do Sul da China. Um dia, uma mulher jovem apareceu a bordo de um juncos e fez com que a tempestade parasse, salvando todos os tripulantes. De seguida, subiu ao céu como um raio de luz, desaparecendo logo de seguida. Para relembrar e homenagear esta deusa *A Má*, os pescadores edificaram um templo e o povo acreditava que *A Má* era a divindade protetora dos pescadores. Assim, *A Má* converteu-se num símbolo que persiste na memória coletiva dos macaenses até hoje.

A partir do século XIV, os *Wokou*, piratas japoneses, começaram a aparecer no mar do sudeste da China e o seu número aumentou significativamente no século XVI. Para garantir a tranquilidade no mar do sul da China e para proteger-se dos *Wokou*, o governo chinês proibiu os negócios marítimos com os estrangeiros e, em 1555, deflagrou uma guerra entre os *Wokou* japoneses e os chineses, levando a que os negócios da troca de seda pela prata japonesa fossem temporariamente interrompidos (Lim, 2013:1-2).

Quando os portugueses quiseram novamente solicitar autorização para ancorar no promontório, em terra firme, tiveram que pagar direitos e impostos, oferecendo âmbar cinzento às autoridades locais. Graças a estas ofertas, obtiveram autorização especial para assentar no promontório e fugirem dos tufões. Com a chegada dos portugueses, as casas de madeira transformaram-se em casas de colunas de Petane. Em momento posterior à monção, os portugueses conseguiram entrar em Macau para se abrigarem das tempestades.

Finalmente, decidiram permanecer em Macau como intermediários dos negócios feitos com a China, o Japão e a Índia, mas isto não aconteceu sem que primeiro tivessem que obter a autorização do governo da China. Os subornos dados aos burocratas de Cantão levaram a que o imperador concedesse a possibilidade de os portugueses permanecerem no território, desde que pagassem uma espécie de renda. Com o embargo marítimo, Macau tornou-se um entreposto comercial entre os países europeus e asiáticos. Os portugueses aproveitaram, então, esta oportunidade para desenvolverem os seus negócios, transportando as especiarias da Índia para Macau para trocar por porcelanas e sedas chinesas, vendendo-as, posteriormente, aos japoneses ou europeus, lucrando assim com a diferença entre o que compravam e o que vendiam.

A chegada dos portugueses mudou, indubitavelmente, a situação de Macau. No século XVI, a economia de Macau passou por uma fase de desenvolvimento muito intenso. Mais tarde, a cidade completou a sua transformação, passando de uma aldeia de pesca para uma cidade de mercadores, onde se vendiam mercadorias provindas de diferentes territórios. Refere-se, em *A Cidade do Fim*:

Marinheiros virados tratantes (...) aqui vendiam cobre em barrinhas, fateixas, corninhos de cabra carregados de pólvora, tecidos de cores plurais, facas rombas ou aguçadas, vidro grosso de Goa, inteiro, rachado ou quebrado, tapete árabes de Ormuz, pimenta e canela do Malabar, pranchas de pau-preto de Melinde, ramos desfolhados de pau sândalo, âmbar cinzento de pulmão de baleia, azeite de cachalote, nacos de gengibre de Manila, folhas secas de areca, folha verde de caril, búzios das areias da Terra Incógnita, açafraão de Cochim, ou trocavam por colares de jade, anéis de ouro e âmbar, manilhas de cobre, cestos de tamarindos e saquinhos de ópio com que à noite visitavam o paraíso. (Real, 2013:115-116)

A Holanda, o maior comprador de especiarias e produtos asiáticos, quis pôr cobro à situação de controlo da Ásia por parte de Portugal, procurando tomar para si os lucros dos negócios da Ásia, da Europa e da Índia:

(...) Os holandeses tombaram sobre Macau, invejando a prosperidade desta nesga de terra, tentaram invadi-la, o Senado reagiu, Macau fortaleceu-se e muralhou-se, debelou as investidas holandesas e presumiu-se de novo livre, mas não estava, a riqueza e o florescimento de Macau, únicos no Sudeste asiático, cidade tão próspera que a si própria se confessava como cidade do nome de Deus, (...). (Real, 2013:120)

A defesa de Macau forçou os holandeses a procurarem uma aliança com a Inglaterra, de modo a que ambos partilhassem os lucros do comércio das especiarias. A partir de 1588, a Armada Invencível foi derrotada pela Inglaterra, já nada podendo impedir a entrada dos holandeses e dos ingleses no Leste da Ásia. Em 1641, a Holanda ocupou Malaca, ato que significava que o protagonismo dos portugueses nos negócios do Leste da Ásia tinha terminado. Em conjunto com o governo do Japão, a Holanda também conseguiu impedir os negócios com outros estrangeiros, levando à expulsão dos portugueses em 1639. Ao mesmo tempo, o embargo marítimo rigoroso da China estava a prejudicar a economia de Macau, que viu o seu desenvolvimento estagnar, como se descreve em *A Cidade do Fim*:

(...) os juncos portugueses arruinaram-se, nem prata nem seda, (...) as famílias sobreviveram de poupanças acumuladas, (...) Macau, a cidade mercantil, reduzia-se ao pequeno comércio costeiro, (...), Nova desgraça tomba sobre Macau, os mandarins, desfalcados de rendimentos, trocam Macau por Cantão, este abre-se como porto internacional, aceita receber as frotas comerciais holandesas e inglesas. (Real, 2013: 120-121)

Este período representou uma etapa de decadência para Macau. Era mais difícil ganhar dinheiro, a população começou a desbaratar as suas poupanças e toda a sociedade abrandou drasticamente o seu ritmo de desenvolvimento, empobrecendo cada vez mais: «Macau empobrecia ano após ano, firmada nos pequenos negócios (...) metade das oficinas e manufaturas do bazar tinham fechado, abandonadas.» (Real, 2013: 126). Nas casas portuguesas, já não era possível sustentar dois servos e muitos chineses saíram de Macau para procurar oportunidades de trabalho.

2.2. Macau: uma encruzilhada religiosa

Como Portugal era um país de tradição católica, a entrada dos portugueses foi concomitante com um processo de evangelização no território de Macau. No século XVI, os jesuítas foram pioneiros na escolha do Extremo Oriente para propagar a religião. Entre eles, destaca-se Francisco Xavier, que deu início a essa evangelização. Antes de chegar a Macau, Francisco Xavier esteve em Malaca e no Japão com as suas naus. Quando chegou a Macau, desembarcou na Ilha de Shangchuan do Cantão, mas

acabou por morrer, não conseguindo continuar a sua missão religiosa. No entanto, como pioneiro, ele abriu um caminho novo para os missionários percorrerem. Os jesuítas construíram casas em Macau, expandindo a influência do catolicismo, e fundaram uma escola religiosa com ensino em português que veio a transformar-se no maior instituto católico do Extremo Oriente.

Na segunda metade do século XVI, a progressiva chegada de missionários de diferentes ordens começou a instalar divisões em Macau: os Jesuítas (1563-1565), os Franciscanos (1579-1580) e os Dominicanos (1563-1565). Todos eles queriam usar Macau como ponte para divulgar a sua religião na faixa do Extremo Oriente. Assim, acabou por se formar um sistema cultural com várias religiões: o Catolicismo, provindo da Europa, o Budismo e o Taoísmo, com origem na China, e, ainda, algumas crenças locais relacionadas com o Taoísmo. Com o estabelecimento dos diferentes movimentos religiosos, construíram-se em Macau numerosas igrejas. O objetivo principal era conseguir disseminar a religião cristã na China, mas isto não suprimiu a influência das religiões tradicionais chinesas, como o Budismo, o Taoísmo e as culturas confucionistas.

No início, muitos chineses não conseguiram aceitar uma religião que lhes era estranha, o que tornou a evangelização católica num processo longo e tortuoso. Através de um estudo mais aprofundado das religiões tradicionais e das crenças dos chineses, os missionários começaram a adicionar mais elementos das religiões tradicionais na propagação da sua religião. Recorriam, assim, a várias estratégias para aumentar a eficácia das ações de evangelização, experimentando o que achavam que teria mais sucesso entre os chineses. Ao aprenderem os costumes da China, foram entrando na vida dos chineses e aumentando a comunicação entre as duas fações da população. Porque a China «possuía civilizações sólidas e tradições rígidas, inscritas em livros sagrados e defendidas por classes sociais fixas, a conversão das religiões na China era difícil para todos» (Cheng, 1999: 52-55).

A resistência e a dificuldade de integração levaram os jesuítas a procurar novas estratégias para divulgar a religião. Por exemplo, Mateus Ricci fixou a sua atenção na corte chinesa, com o objetivo de utilizá-la como meio de difundir a religião. Foi progressivamente impressionando a corte de Ming com novidades técnicas e científicas, como telescópios, canhões de bronze, espingardas e pistoletes, integrando-se na vida dos chineses e ganhando assim espaço para concretizar as suas pretensões evangelizadoras. Com a política de embargo, muitos produtos científicos mais recentes

não tinham chegado à China e, como os chineses não estavam a par das mudanças e dos desenvolvimentos no mundo, ficavam impressionados com os progressos da ciência e da técnica vindos da Europa:

No final da vida Mateus Ricci adoptara a virtude de acomodação, deixara crescer as barbas à mandarim, substituíra a batina preta pela cabaia, falava e escrevia corretamente em mandarim, vivendo como um chinês, e não se repudiava de fazer o Kowtow perante a figura do imperador, três genuflexões e novel prostrações, inclinando a cabeça até esta tocar no chão. (Real, 2013: 146)

De facto, a estratégia de Mateus Ricci funcionou muito bem na corte chinesa. Teve sucesso ao conseguir que alguns burocratas da corte recebessem o batismo, convertendo-se, assim, ao catolicismo, fator que contribuiu para acelerar o desenvolvimento da religião cristã na China. Outro fator que em muito contribuiu para que o Catolicismo se difundisse na China foi o apoio do Imperador. No período de Kang Xi, assinou-se o Édito de Tolerância, que permitia a divulgação do cristianismo por toda a China, sem obstáculos nem ameaças de prisão, abrindo o caminho para os missionários pregarem livremente os seus ideais. Seguiu-se-lhe, no entanto, o Imperador Yung-Cheng, que reverteu este processo, impedindo o desenvolvimento do catolicismo, ao prender os missionários e ao transformar as igrejas em celeiros do povo. Pese embora estes obstáculos, muitos chineses em Macau acabaram por se converter ao catolicismo, melhorando, assim, as relações com os portugueses. A questão religiosa foi, no entanto, fortemente influenciada pela realidade que se vivia na cidade em termos políticos, económicos e culturais. Com o agravamento da situação económica no século XVII, bem como com certos tipos de rituais inadequados, o entusiasmo pela religião esfriou gradualmente. Como se explica no romance de Miguel Real:

A religião tornava-se mesquinha, suspeitando do crente que não fora à missa, à procissão do Senhor dos Passos, ao oitavário, à novena, não se confessara nem comungara, montavam-se cortejos de anjinhos rodeando o andor de Nossa Senhora da Conceição, suplicava-se o retorno à antiga prosperidade, beatas de passinho miúdo seguiam orgulhosas a batina do jesuíta, cortava-se na carne da alimentação dos filhos para doar à Igreja, uma vida de ladainhas, de pintura de cal de tinta de fachada da casa enquanto o interior apodrecia. (Real, 2013: 121)

No período mais difícil, todos os missionários quiseram encontrar um caminho novo para propagar eficazmente a religião. Por exemplo, «os dominicanos queriam torcer a China, adequá-la aos preceitos romanos, um abuso e uma heresia ligar o nome

de Confúcio ao de Cristo» (Real, 2013: 131):

Os jesuítas tinham sido forçados a aceitar as diferenças, não a empolá-las, como o rito de culto dos antepassados, que na Europa saberia a paganismo, a idolatria, substituindo o culto dos santos pelo dos avós, para que uma ética comum, tanto cristã quanto confuciana e budista, com predominância daquela, é certo, ganhasse livre aceitação, fosse difundida maciçamente e penetrasse na mentalidade oriental. (Real, 2013: 143)

Posteriormente, com a recuperação da economia, a difusão da religião prosseguiu a ritmo normal, continuando a desenvolver-se em Macau. Do século XVI até ao século XVIII, registou-se um período de desenvolvimento do catolicismo em Macau e na China. Macau, onde vigorava um clima de tolerância, encorajou a afirmação das diferentes religiões e das várias culturas, costumes e hábitos. No final deste período, era possível assistir a um fenómeno de convivência harmoniosa das diferentes etnias, o que trazia novas energias para o desenvolvimento do território.

2.3. Imagens ficcionais da história de Macau (séculos XIX-XX)

Antes da ocupação de Hong Kong pela Inglaterra, Macau fora sempre o porto comercial mais importante no Leste da Ásia. Porém, com a explosão da Revolução Industrial na Inglaterra, a mão-de-obra humana foi sendo substituída pela força das máquinas, aumentando muito a produtividade. A Inglaterra começou, então, a procurar novos mercados e na sua mira ficou a China. Com o objetivo de abrir o mercado da China, deu-se início à Guerra do Ópio, que teve como consequência a perda, por parte da China, do território de Hong Kong, que gradualmente se tornou no porto mais proeminente. É certo que os portugueses aceleraram o desenvolvimento de Macau, como salientado em *A Cidade do Fim*: «os portugueses, sobretudo os elementos da minha família, fizeram de uma península inóspita, povoada por bandos pobres de pescadores, uma cidade internacional» (Real, 2013: 52). Mas é também verdade que, com a Guerra de Ópio e a abertura do porto de Hong Kong, a situação de Macau mudou, perdendo as suas vantagens de porto único. Ao mesmo tempo, o império português ia aumentando o poder da sua governação em Macau. Ocupado com o confronto da guerra e Tratados Desiguais, o governo da corte chinesa perdeu gradualmente o domínio de Macau. Mais tarde, Macau foi confirmada como uma colónia de Portugal, tornando-se

desnecessário o pagamento de foros de terra pelos portugueses, prova de que já dominavam verdadeiramente o território (Saraiva, 2004: 21-22).

No romance de Miguel Real, o protagonista, Fátimo, chegou a Macau em 1941, ano em que o governo de Hong Kong anunciou a derrota e a rendição às tropas japonesas. Em Macau, Fátimo foi testemunha da situação do território, que não deixou de refletir as convulsões sentidas na história da China durante a Guerra Antijaponesa (Segunda Guerra Sino-Japonesa).

Durante a Segunda Guerra Mundial, no Campo de Batalha Asiático, a guerra Sino-Japonesa foi uma das mais assinaláveis, tendo começado em 1931. Os exércitos de Guandong (Japão) manipularam o incidente de Liutiaohua, bombardeando uma parte do caminho-de-ferro de Pequim, alegando que a culpa era do exército chinês. Posteriormente, a coberto deste pretexto, invadiram o nordeste da China, num local mais perto do Japão. Em 1937, ocorreu o incidente da Ponte de Lu Gou (Ponte Marco Polo), onde foi dado como desaparecido um soldado japonês. O exército japonês, em Fengtai, Pequim, exigiu entrar na cidade de Wanping para procurar o soldado, mas este pedido foi recusado pelo exército chinês. A recusa levou a um confronto armado, acabando com o bombardeamento da cidade de Wanping. Este incidente foi também o rastilho da Guerra Antijaponesa. Confrontados com as invasões japonesas, os exércitos nacionais fizeram um esforço supremo para resistir, mas, no final, devido à diferença de tecnologia entre a China e o Japão, os japoneses conseguiram ocupar os locais de Pequim e Tianjin (cf. Ryoichi, 2011: 95; Sumio & Jun'ichirô, 2011: 128-129, 132).

Foram avançando para a costa leste da China, chegando a Xangai. Em *A Cidade do Fim*, alude-se a este contexto, a propósito da origem de Siu Lin, esclarecendo o narrador que «o pai, um nacionalista, viera fugido de Xangai com a família, tinham protestado, os soldados japoneses tinham-lhes roubado a carteira, as malas e as roupas, prendido a família e jogado todos ao mar, a menina tinha fugido» (Real, 2013: 68). Esta experiência trágica não aconteceu apenas a Siu Lin, mas foi um destino comum a inúmeras pessoas, sendo que este excerto representa a situação de vida dos chineses nacionalistas. Em dezembro de 1937, os japoneses ocuparam Nanquim e, posteriormente, chegando a Cantão, iniciaram a batalha de Cantão. Durante a ocupação de Nanquim, os japoneses cometeram um crime infame, o Massacre de Nanquim: uma grande multidão de civis foi intencionalmente morta pelos militares japoneses. Houve também violações e homicídios, sendo muitas as mulheres e as crianças assassinadas. De acordo com os historiadores, mais ou menos 300 mil chinesas morreram no

Massacre de Nanquim, a maior parte civis inocentes. Milhares e milhares de pessoas foram enterradas vivas e amarradas para serem usadas em exercícios de baioneta.

Os japoneses efetuaram também clandestinamente experiências com seres humanos na China. A Unidade 731, no nordeste da China, foi a maior secção de experiências biológicas e químicas humanas. Não só submetiam as pessoas que capturavam à inoculação de doenças, como a varíola e a cólera, como também as fechavam em câmaras onde libertavam gases tóxicos até morrerem. Os japoneses queimavam, matavam e roubavam. Para os chineses, a intervenção nipónica foi um verdadeiro pesadelo, tal como se relata no seguinte excerto do romance:

Os japoneses arrebanharam mais de uma centena de leprosos chineses que viviam nos ilhéus costeiros fugidos dos comunistas, os japoneses fazem rondas a partir da meia-noite, prendem os vagabundos, leprosos ou não, amontoam-nos em juncos velhos, rebocam-nos até ao alto mar e abandonam-nos, ..., sem água, sem comida, sem luz, abandonam-nos. (Real, 2013: 60)

Com a queda de Cantão, Nanquim e Xangai, muitas pessoas abandonaram a terra natal para fugir das garras do inimigo. Muitos refugiados, chineses ou estrangeiros, procuraram refúgio em Macau, território com 14,47 quilómetros quadrados. A maior parte deles levava uma vida dura, como se pode constatar no romance, quando Fátimo desembarca no Porto Interior. Aí pôde observar os *cúli*, a puxarem os riquexós, descalços e de calções surrados, enquanto outros esperavam no porto, fumando. O trabalho deles era extremamente duro: consistia em esperar por clientes no porto para, no final do dia, quase não conseguirem ganhar o suficiente para sobreviver. Era este escasso rendimento que evitava que se tornassem mendigos, como acontecia com outros refugiados sem abrigo: «durante o dia muitos refugiados vivem nas traseiras dos prédios, nos aterros do porto, escondidos, à noite ocupam as ruas centrais, buscando comida, os moradores deixam alguma comida junto ao caixote de lixo» (Real, 2013: 59).

Com a conquista de Hong Kong pelas tropas japonesas em 1941, Macau perdeu o principal companheiro de negócios, ficando isolado dos outros países orientais. Declarando-se neutro, Macau foi a única parte do leste da Ásia que não foi ocupada pelos japoneses. A população de Macau aumentou entre 150 mil a 500 mil habitantes e, para abrigar os refugiados, o governo criou campos de refugiados na Ilha de Taipa (Neill, 2011: 3-4).

Com a entrada dos refugiados, despontaram muitos problemas sociais, como, por

exemplo, a diminuição na capacidade de abastecimento de recursos essenciais, a falta de alojamento e abrigo e a escassez de alimentos. Com o bloqueio marítimo, os recursos alimentares provinham do continente chinês, mas os japoneses apoderaram-se destes recursos, causando a subida do preço dos alimentos e deixando muitas pessoas com fome. Em Macau, registaram-se três crises de carência de arroz e a inflação tornou-se comum, sobretudo do arroz, cujo preço por quilo aumentava todos os dias. A luta pela sobrevivência levou muitas pessoas a contrabandear arroz e carne. Sob o controlo dos japoneses, tudo se tornou mais difícil e muitas pessoas inocentes foram presas, injustamente acusadas de espionagem ou contrabando, sendo capturadas pelos militares japoneses. No romance, é relatado o caso de uma pessoa que foi decapitada por ter sido denunciada como contrabandista:

Depois de uma sesta, Fátimo saiu do hotel para fora, mas foi avisado pelos polícias para ter cuidado com os refugiados perigosos, sendo melhor regressar a casa. Mas não quis regressar já ao Hotel, e seguir ele viu um corpo boiando no rio que foi decapitado e decepado. As polícias avisaram-no de novo e disseram-lhe que o corpo era de um contrabandista que fazia abastecimento clandestino de arroz e carne de Hong Kong. (Real, 2013:58-59)

Durante a guerra, cerca de cinquenta mil pessoas morreram de fome, gripe, malária, cólera, etc. Todos os dias, o departamento sanitário enviava funcionários à rua para recolher os cadáveres, deitando-os ao «cemitério de dez mil pessoas» em Taipa. No período da guerra, a sobrevivência tornou-se mais complicada do que em qualquer outra altura; os pobres não tinham dinheiro para comprar produtos que estavam trinta vezes mais caros do que o normal e sofriam de doenças que, muitas vezes, não conseguiam tratar porque não tinham dinheiro. Foram muitos os que fugiram da terra natal e que acabaram por morrer de fome ou de doença. A guerra, como monstro esfomeado, criou um vazio sem fim e levou as pessoas ao desespero. É este cenário de terror e crueldade que Fátimo encontra em Macau. Surpreende um magote de chineses esfarrapados a reunirem-se em torno dum moribundo; um deles arremessou-lhe uma pedra para à cabeça e outro usou uma pedra para lhe martelar a cabeça várias vezes seguidas até o moribundo se tornar num corpo sem respiração. Este magote de pessoas começou depois a cortar o corpo para o guardar em bacias: «os cinco, seis chineses ajoelharam-se em torno do morto e, meticulosamente, como cirurgiões em acção, retalharam-lhe o corpo em locais seleccionados» (Real, 2013: 62-63).

Segue-se a isto a descrição macabra do que fizeram com o resto do corpo:

Um outro chinês enterrou as duas mãos em concha no peito do morto e sacou-lhe o coração, rebentando com as artérias e veias de ligação, a aorta era difícil, outro chinês cortou-a com o bordo afiado da chapa de lata, um charco de sangue varreu o peito do morto, depuseram o coração na bacia, meio cheia de carne humana, pousaram as improvisadas navalhas de lata folheada no chão e viraram o corpo do morto, o sangue deste encharcou-lhes os joelhos, apalpam as nádegas do cadáver e olhar-se entre si, carne suficiente para uma boa refeição. (Real, 2013: 65).

Acontece que uma menina de aproximadamente 12 ou 13 anos pediu comida a este grupo devido à fome que sentia. Agarraram-na, prenderam-lhe os braços e tentaram violá-la. Fátimo não conseguiu aguentar assistir a este ato desumano passivamente e interveio, conseguindo salvar a menina que se chamava Siu Lin.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, a China também recebeu ajuda internacional, no decurso da Guerra Antijaponesa, com o intuito de rapidamente se conseguir pôr cobro às atrocidades. No romance, confirma-se esse auxílio, nos seguintes termos: «os aviões ingleses e americanos sulcavam os céus do sul da China, auxiliando o exército nacionalista chinês contra os japoneses» (Real, 2013: 153), sendo que Macau também deu o seu apoio: «os juncos provenientes de Hong Kong, durante a noite, descarregavam centenas de caixotes no Porto Interior, seguindo para o sul da China, para as populações, mas também para o exército comunista de Mao Tsé Tung» (Real, 2013: 154). Todos contribuíam para pôr termo ao sofrimento da população e para que a guerra terminasse. Acreditavam na derrota final do Japão imperial:

Como aviso de que a guerra entrava no exterior, chineses desconhecidos, vindos clandestinamente de Zhuhai, tocavam às portas das casas durante a noite e pediam educadamente dinheiro para as tropas do Kuomiting, que lutavam contra os japoneses, todos se sentiam motivados a dar, e faziam questão de o dizer publicamente, sabiam que os japoneses não podiam vencer, o Japão era o mal em estado puro, não podia vencer. (Real, 2013: 155)

Até ao final da guerra, o abastecimento de produtos e de alimentos continuou a ser o problema mais urgente, o que fazia com que o contrabando voltasse a intensificar-se, só que, desta vez, sob a autoridade do governo de Portugal, agravando os fenómenos de corrupção entre os funcionários públicos portugueses e chineses. No romance, o funcionário Lei Ka Tchi foi expulso, por corrupção, mas o recém-designado Chang Weng Liu era tão corrupto quanto o antigo. Foi ele que disse ao governador português

que «tudo se resolvia com dinheiro enfiado nos bolsos do fardamento, riu-se, e tenho muitos bolsos, uns maiores, outros menores, mas todos abertos» (Real, 2013: 154). Os juncos de importação e exportação, que faziam contrabando para Hong Kong ou China, deviam pagar primeiro aos comandos japoneses, o que causou o aumento incomportável dos preços de arroz e remédios. «No final da guerra a inflação atingira o valor de 400%», os preços eram muito superiores ao normal» (Real, 2013: 158), ficando os refugiados sem meios para comprar comida, à espera da morte na rua.

Depois de acabar a guerra, tudo começou a recuperar a sua forma original; as lojas e os mercados encheram-se de quantidades abundantes de produtos estrangeiros, como, por exemplo, garrafas de whisky, brandy e cigarros americanos. Todos conseguiam encher a barriga com marmelada e atum; as crianças, felizes, voltaram à escola. No Ano Novo, cada família colocava papéis vermelhos com inscrições auspiciosas de paz e prosperidade, estoirando os panchões para afugentar os espíritos malignos. Havia a esperança de que tudo melhorasse e fazia-se o melhor para dar as boas-vindas ao ano seguinte.

Mais tarde, em maio de 1966, a China iniciou a Revolução Cultural, um movimento político e ideológico que durou dez anos. Sob a direção do líder do partido comunista, Mao Tsé Tung, organizaram-se os grupos de revolução cultural, incentivando os milhares e milhares de guardas vermelhos a espalharem-se por todo o país num golpe contra as classes privilegiadas e os capitalistas (Saraiva, 2004: 35).

No final de 1966, aconteceu em Macau o movimento 1, 2, 3 (na véspera do dia 3 de Dezembro). O motivo foi os residentes de Taipa, em Macau, terem pedido uma licença para reconstruir uma escola popular, mas o requerimento de obras recebido pela Repartição de Serviço Públicos continuava, seis meses depois, sem uma resposta definitiva. Os operários tentaram reconstruí-la, mas foram embargados e dispersados pelos polícias macaenses. Alguns deles foram presos pelos polícias e esse incidente foi o detonador para lutar por esta causa que já se tinha estendido a todo o território de Macau. Na rua, frases e palavras do *Livro vermelho* e canções revolucionárias eram entoadas. A revolução cultural da China foi, assim, penetrando na sociedade de Macau. Os manifestantes reuniram-se à frente do palácio, preparando-se para proceder à sua invasão, mas atrás deles estava um carro com um canhão de água e granadas de gás lacrimogénico preparados para fazer dispersar a multidão. Durante o movimento, os residentes, os trabalhadores da construção e os jornalistas foram perseguidos violentamente e presos, havendo inclusivamente residentes que ficaram feridos ou que

morreram. A multidão começou a vandalizar os carros pretos do Estado, apedrejando as casas de portugueses, destruindo as estátuas dos marinheiros portugueses e invadindo os edifícios do Tribunal e das Finanças, para queimarem os documentos do arquivo (Real, 2013: 252-261).

No romance, Fátimo e Maria Augusta também não conseguiram evitar esta ameaça que os portugueses em Macau tiveram que enfrentar. Na rua, Maria Augusta foi rodeada por um bando de raparigas violentas, que proferiam palavras ofensivas e a agrediam com estaladas e puxando-lhe os cabelos. A criada ainda tentou proteger a dona com o seu próprio corpo, mas em vão. No final, as duas foram salvas por Siu Lin, que afastou o bando de raparigas com canas de bambu retiradas de gaiolas. No caminho para o Liceu, Fátimo deparou-se com um grupo de jovens que recitavam citações do *Livro vermelho* de Mao Tsé Tung. Fátimo tentou virar as costas para esconder a brancura da sua pele, mas pisou involuntariamente a lanceira de um deles, que reagiu, gritando e insultando Fátimo, chamando-lhe inglês colonialista, imperialista e branco explorador capitalista. O grupo de jovens cercou-o, dando-lhe pontapés. No final, uma pessoa apareceu, lançando-se sobre os manifestantes, ameaçando-os em cantonense, e dando oportunidade a Fátimo de escapar (Real, 2013: 255-260).

Durante a campanha, foram também ouvidos apelos contra Mao Tsé Tung, manipulados pelos seguidores dos Nacionalistas, provindos de Taiwan, que usavam Macau como plataforma para oposição ao comunismo. Mas, imediatamente, o Governador de Macau impediu estas ações ou apelos aos seguidores dos Nacionalistas, pedindo ajuda ao Governo de Pequim para controlar a situação caótica em Macau. A comissão, no entanto, exigiu a demissão do comandante militar, do chefe da polícia e a entrega dos nacionalistas defensores de Taiwan. Pela paz de Macau e de modo a terminar as manifestações, o Governador admitiu as culpas, concordando com as reivindicações e compensando os familiares dos mortos e feridos. O Movimento 1, 2, 3 acabou, tendo muitos portugueses escapado para Hong Kong ou para Portugal, permanecendo só alguns em Macau. Este Movimento ameaçou profundamente a sobrevivência do poder administrativo do império de Portugal em Macau. De facto, tinha sido despertada nas populações macaense e chinesa a consciência da resistência, pois, no período da ditadura de Salazar, não só em Portugal, mas também nas colónias, as populações eram alvo de forte repressão por parte das autoridades e praticamente não tinham direitos. Em Macau, os portugueses pertenciam às classes privilegiadas, desfrutando de mais direitos do que os chineses. A corrupção era também cada vez mais

comum entre os funcionários de Macau. Com o fim da guerra, as pessoas deixaram de se preocupar tanto com a comida e foi emergindo uma maior consciência acerca da necessidade de reivindicar os seus direitos e liberdades. Devido à eclosão do Movimento 1, 2, 3, a autoridade de Portugal perdeu a confiança dos macaenses, antevendo-se assim o derrube do império de Portugal no território colonial que foi Macau.

Em 1967, Fátimo e Maria regressaram a Portugal, num tempo em que Macau já se tinha desenvolvido mais, tornando-se uma cidade mais cosmopolita, rodeada por arranha-céus. Os chineses despiram as cabaias, começando a envergar roupas ocidentais. Os *cúli*, condutores braçais de riquexós, transformaram-se em condutores de táxis. As crianças andavam nas ruas e nas escolas. Aumentou consideravelmente a qualidade de vida das pessoas. O comércio do ouro e a indústria do jogo tornaram-se cada vez mais populares. Após o Movimento 1, 2, 3, o governo português em Macau perdeu a sua firmeza e muitos funcionários portugueses, temerosos, regressaram a Portugal. Os chineses também se libertaram da convicção internalizada de que só os ocidentais tinham o direito de possuírem privilégios: «a revolução cultural provara que os diabos brancos se assemelhavam a tigre de papel» (Real, 2013: 272).

Nessa época, em Portugal, devido à longa duração das guerras contra os movimentos de independência das colónias, os militares enfrentaram a morte, a doença, o afastamento dos familiares, etc. Em simultâneo, o povo estava oprimido sob o jugo da ditadura, desapossado das suas maiores liberdades, vivendo com medo de ser perseguido e torturado se se expressasse publicamente: «Onde há as opressões, encontram-se também as resistências», portanto, a este período ditatorial seguiu-se um golpe militar – a Revolução dos Cravos. Após a Revolução de 25 de abril de 1974, continuaram as lutas contra a política de colonialismo ultramarino do Governo de Portugal, sendo muitos os territórios e os países colonizados a pedirem a independência. Os territórios coloniais, incluindo Macau, foram evacuados das forças portuguesas. É de salientar, no entanto, que o governo chinês de Pequim não achou que esta fosse uma ocasião adequada para recuperar a governação de Macau. Por um lado, sendo um dos dois empórios importantes para o comércio, o governo de Pequim considerou que Macau era um ponto intermédio benéfico para estabelecer ligações com o exterior e, por outro, temiam que o regresso de Macau tivesse uma influência desfavorável na revolta de Hong Kong.

Em 1979, Portugal e a China estabeleceram a relação diplomática que lançou as

bases para o regresso de Macau à governação chinesa. Neste encontro, as duas partes estabeleceram um acordo que ditava a pertença da soberania de Macau à China, embora se previsse que o exercício dessa soberania só se tornasse efetivo a partir da data estipulada para a entrega de Macau por parte de Portugal.

Entre 1980 e 1999, Macau continuava a crescer sob a alçada do império português, mas o controlo verdadeiro de Macau era já, novamente, do governo chinês, sendo a transferência da soberania apenas uma questão de tempo. Nesta época, o jogo atraiu muitos turistas provindos de diferentes países, tornando-se numa indústria especial e importante em Macau, fornecendo dois terços dos rendimentos fiscais, sendo ainda hoje uma indústria rentável no território.

Dois anos depois do regresso de Hong Kong à China, em 1999, já era tempo de se transferir a soberania de Macau para a China, terminando a governação de 445 anos de Portugal em Macau. De acordo com as particularidades destes dois locais, a política especial aplicada ao problema de Taiwan, «um país, dois sistemas», foi também adotada, garantindo a perspetiva dos dois lugares, mantendo algumas das suas características anteriores e evitando ao máximo os conflitos políticos.

3. Macau: um espaço híbrido

Enquanto território dotado de especificidades e, portanto, bem diferente das outras colónias de Portugal, Macau conheceu fases de mudança e crescimento e beneficiou de um clima de tolerância em relação a diferentes culturas e políticas. Em rigor, não se pode dizer que, em Macau, existiram uma, duas ou três sociedades e culturas, mas antes várias, o que impulsionou uma considerável complexidade sociocultural, essencialmente ligada à diversidade de povos. Em Macau, coexistiram vários povos: portugueses, macaenses, chineses, timorenses, indianos, etc. A fricção era fácil de ocorrer, neste processo de convivência de diferentes povos, pelos mais variados motivos, mas o equilíbrio das relações entre as diferentes comunidades dependia muito da política, do estatuto social e da economia. Desde cedo, contudo, se estabeleceram relações complexas entre a comunidade chinesa e a comunidade ocidental, principalmente com os portugueses.

3.1. De 1553 a 1784: a chegada dos portugueses e a transformação da situação administrativa de Macau

Antes da chegada dos portugueses, Macau era apenas um povoado constituído por pequenas aldeias, onde viviam pescadores, cujo ofício era transmitido de geração em geração. Estas aldeias estavam distantes da corte da China, pelo que o governo central não designava ninguém para dirigir este território. Foi para fugirem da tempestade da monção e secarem as suas mercadorias que os portugueses entraram com sucesso em Macau. Como se encontravam num porto seguro, os portugueses pediram aos funcionários de Cantão os direitos dos negócios no litoral de Cantão, o que conseguiram através do suborno. Ao mesmo tempo, o Imperador da Dinastia Ming concordava com o pedido dos portugueses, tratando-o como um tipo de «Sistema Tributário», em que os reinos vassalos tinham de fornecer algumas mercadorias preciosas à corte chinesa para agradecer o seu governo e proteção, assim como para confirmar o poder, a obediência e a fidelidade dos outros reinos (Mendes, 2016: 2).

Neste período, Macau ainda não tinha um sistema específico de governação administrativa, nem havia ordens especiais do governo central. A economia e os negócios eram sempre prioritários. As duas partes, comerciantes portugueses e

autoridades da corte chinesa, mantinham, na medida do possível, uma relação harmoniosa, em prol dos interesses de cada um. Posteriormente, para governar bem Macau, a corte imperial da Dinastia Ming também tentou instalar um sistema político para governar os portugueses, concedendo, todavia, uma grande autonomia. Esta situação bem especial é diferente da dos outros territórios portugueses, pois, neste caso, havia duas potências políticas a funcionar: «o carácter excecional de Macau aos outros territórios portugueses no Extremo Oriente (...) com um grande nível de autonomia» (Mendes, 2016: 3). Os portugueses pretendiam manter uma relação amigável com as autoridades da China para permanecer em Macau, mas, para o povo chinês, o europeu representava o «demónio branco»:

(...) um *sai iong cuai* um «demónio branco», como os portugueses tinham sido designados durante longo período em Macau, o rosto ovalado, os olhos esféricos, o nariz protuberante, o cabelo ondedado, as orelhas pronunciadas, os pómulos salientes, o chapéu bicudo, o pescoço escondido por um rede de folhos, (...) percebe-se o trabalho de representação de um artesão chinês, oleiro, da figura estranha de um ocidental, um português, sem dúvida. (Real, 2013: 46-47)

Este perfil que acima se descreveu, relativo ao século XVI e plasmado em estatuetas, surge como a primeira imagem física do português ao olhar dos chineses. Trata-se de uma imagem estranha, que se distanciava da realidade. De facto, os criadores de estatuetas transferiram certamente os seus pensamentos para as peças. A chegada dos portugueses a Macau teria parecido inicialmente uma ameaça para a sua vida normal, porque todos tinham receio das pessoas *estranhas* que tinham rostos, culturas e costumes diferentes, sendo o primeiro impacto desfavorável gerador de antipatia. Escudados na sua mentalidade, os chineses de Macau não deram realmente as boas vindas a estes grupos invulgares, principalmente por terem receio de serem governados por pessoas de origem tão diferente: «para os chineses, todos os estrangeiros eram considerados bárbaros, e as relações entre uns e outros, não poderiam, pois ultrapassar, senão em casos esporádicos, o nível comercial» (Amaro, 1988: 4).

Também no domínio da religião, os chineses não conseguiram aceitar as novas doutrinas trazidas pelos comerciantes portugueses. Os missionários entraram muito cedo em Macau, usando a cidade como uma ponte para chegar a Guangdong. Os

jesuítas tentaram divulgar a sua religião, mas foram expulsos pelo embargo marítimo. Gradualmente, os missionários reconheceram que, se quisessem propagar as suas crenças e pensamentos, primeiro teriam que ter contacto com a vida, a cultura e os costumes dos chineses. Além dos negócios, esta aproximação representou o encontro mais profundo entre chineses e portugueses, e o romance *A Cidade do Fim* não deixa de transpor ficcionalmente esta realidade:

Os jesuítas tinham sido usados por Diogo Pereira, pai macaense dos Pereiras, para mostrar aos mandarins chineses de Guangdong que os portugueses não eram os «diabos brancos» nem «o bárbaro do sul», semelhante aos *wokou*, piratas japoneses que lhes infestavam a costa (...) os jesuítas interessam-se pela escrita chinesa, a filosofia chinesa, aprendem Confúcio, respondem aos mandarins com máximas de Lao Tsé, semelhantes às de Cristo, de Sócrates, de Santo Agostinho, são respeitosos, polidos, humildes, falam quando os deixam falar, reverentes frugais, hieráticos. (Real, 2013: 94)

Provou-se que a propagação da fé não era uma tarefa imediata e que eram necessários conhecimentos profundos sobre a forma de pensar das culturas locais; sem eles, a comunicação e os contactos das duas comunidades diferentes não eram viáveis. Para alguns, com ideias mais esclarecidas, devia haver sempre uma tentativa para melhorar as relações bilaterais.

Mais tarde, em 1583, os portugueses instalaram o Leal Senado em Macau, de modo a exercerem a sua autonomia em função da lei portuguesa. Embora ainda precisassem de efetuar o pagamento de 500 taéis de prata de foro de chão ao Imperador Ming, dispunham já de maior poder na governação de Macau. Ainda assim, «A Porta do Cerco, erguida do ponto mais direito da península, permitia à China controlar o fluxo das mercadorias e pessoas que entravam e saíam de Macau, confirmando a dependência do território em relação da China continental» (Mendes, 2016: 3-4).

No início do século XVII, e encarando este território como uma potênciapolítica, designava-se como representante do império português um governador macaense. Desde então, as três potências políticas em Macau restringiram-se mutuamente. Com o desenvolvimento do comércio, muitos chineses entraram em Macau, efetuando negócios com portugueses e procurando ganhar a vida. De facto, desempenhavam um papel essencial no comércio entre Macau e a China continental. Conheciam muito bem a situação social, as políticas e os costumes do comércio da China continental, funcionando como mediadores e incrementando as relações entre chineses e

portugueses na área dos negócios. Com a ascensão do número de chineses em Macau, o problema de governação judicial foi cada vez mais debatido. Em função da decisão do governo de Ming, os chineses de Macau encontravam-se submetidos à autoridade do Imperador, enquanto os portugueses estavam sujeitos à jurisdição do rei de Portugal, uma vez que, com a complexidade das diferentes comunidades em Macau e a variedade dos problemas, era difícil unificar os assuntos do foro judicial. Nenhuma parte queria ceder totalmente à outra parte, mas desejava antes fazer prevalecer a sua respetiva lei.

Na verdade, ao contrário das ligações mais intensas verificadas ao nível dos negócios, o estabelecimento de relações, nos outros domínios, revelou-se um processo demorado. Relativamente ao casamento, de acordo com as regras do império português, era proibido levar as mulheres nas naus até à Ásia. O casamento dos portugueses era um problema importante do ponto de vista do plano de desenvolvimento a longo prazo. Encorajavam-se os portugueses a casarem com indianas, malaias, timorenses e japonesas, sendo pouco recomendado o casamento com chinesas, quer em virtude da diferença de costumes, quer pelo facto de os marinheiros portugueses se encontrarem em permanente deslocação pelas rotas dos negócios, passando muito tempo fora de Macau.

Com o embargo marítimo da dinastia Ming, Macau tornava-se no porto mais importante que ligava os negócios entre a China e o Japão. Mais portugueses começavam a instalar-se em Macau, envolvendo-se sentimentalmente com chinesas, regra geral escravas compradas que, ao manterem uma relação considerada ilegal, nem sequer podiam vir a ser consideradas como casadas. De qualquer modo, a mistura entre portugueses e asiáticos deu origem à formação de uma nova comunidade em Macau, «os filhos da terra», ou seja, os macaenses que também representavam um passo de integração importante na sociedade de Macau (Real, 2013: 49).

Seguiu-se a Dinastia Qing e, nela, as autoridades utilizavam basicamente a mesma maneira de governar Macau. A soberania e a justiça pertenciam à Corte da China, mas agora, mesmo usufruindo de direito autónomo, os portugueses precisavam de pagar os foros de terra. Na Dinastia Ming, já se tinha decretado que os chineses envolvidos nos casos judiciais estariam sob a alçada das resoluções dos funcionários chineses em Macau. Embora os funcionários portugueses conseguissem tratar de alguns casos judiciais, as autoridades chinesas ainda tinham direito a pedir a inspeção destes casos, exercendo a prerrogativa da decisão judicial final.

Na área dos negócios, no início da Dinastia Qing, praticava-se um embargo

marítimo muito rigoroso, que impediu os chineses de sair da China e a entrada dos comerciantes de fora para negociar, causando grandes inconvenientes ao comércio luso-chinês e reduzindo as comunicações entre os chineses do continente e os portugueses. Em 1637, no Japão, impediram-se os negócios entre japoneses e estrangeiros, expulsando os portugueses comerciantes de volta para Macau, interrompendo a rota do comércio entre a China e o Japão. O exército holandês derrotou os militares portugueses em Malaca; a Holanda ocupou Malaca, tomando posse de um ponto de ligação importante para os negócios, ficando imediatamente cortada a rota de Lisboa, Macau e Goa. Neste período, os negócios conheceram uma fase descensional em Macau (Real, 2013:120).

Neste contexto, diminuiu expressivamente o número de chineses em Macau, havendo um grave declínio demográfico:

O fim do comércio com Japão (1639-1640), a perda de Malaca (1641), a interrupção do comércio com Manila (1644) e, sobretudo, o cenário de instabilidade decorrente da afirmação dos Qing na costa meridional da China intervieram negativamente na evolução económica e demográfica de Macau. Particularmente difíceis foram os primeiros anos da década de 1660, quando a política de embargo marítimo e de evacuação das populações costeiras para o interior, encetada pelo imperador Kangxi em 1662, se estende a Macau, situação que quase conduziu à extinção da cidade (Marques, 2001: 232).

No século XVIII, o número de pessoas em Macau cresceu progressivamente. O governo de Qing também abriu os negócios do mar, permitindo aos estrangeiros efetuarem o seu comércio em alguns portos em particular, pelo que muitos chineses foram para o mar para conseguirem bons negócios. Foi com o objetivo de manter a paz na zona costeira que o governo de Qing proibiu os chineses sem autorização de partirem para Macau. Para controlar as disputas de interesses entre chineses e portugueses, responder às proibições do governo de Qing e proteger os seus interesses, o Senado também controlou rigorosamente a entrada dos chineses. Estas medidas foram insuficientes para deter o fluxo de emigração clandestina de chineses para Macau. Assim,

O aumento do número de residentes chineses em Macau, nesse período, deve-se essencialmente à existência de um fluxo de emigração clandestino e é um fenómeno que não passou despercebido aos coetâneos. Por todo o século XVIII são frequentes as referências à multidão de chinas que vivia na cidade e são bem conhecidas as diligências encetadas pelo senado da câmara no sentido de contrariar esta tendência e

de, pelo menos, controlar a fixação de chineses em Macau. Repetidas vezes o senado proíbe o arrendamento de casas ou botinas aos chineses, excluindo, no entanto, em 1748, desta determinação ou pequenos comerciantes que se dedicavam à venda de bens alimentares e os artífices. (Marques, 2001: 234: 235)

Esta série de proibições limitou, de algum modo, as ligações entre os chineses e os portugueses em Macau. Acresce que, em virtude das diferenças culturais entre os povos, existiam muitas fricções entre as partes que negociavam. Na verdade, nestas proibições, os comerciantes chineses eram tratados injustamente, não tendo lugares fixos ou casas onde ficar, nem lugares legais para vender e negociar. As insatisfações com a diferença de tratamento na esfera económica foram-se acumulando, mas ainda não tinham atingido a área política e o campo dos direitos, ou seja, domínios que correspondiam a questões básicas e que, para muitos, eram o grande motivo para mudar de vida e negociar a partir de Macau.

3.2. De 1784 a 1849: o fortalecimento do poder português

Em 1784, em nome da rainha de Portugal, o governador de Macau, como representante do império português, passou a ser não só o comandante oficial militar, como também o detentor do poder que lhe permitia tratar de vários tipos de assuntos, nomeadamente ao nível administrativo. O governador passou a deter poderes superiores em Macau, superando os do Leal Senado e invertendo-se a forma administrativa de autonomia em Macau. Os macaenses discordaram desta decisão, aguardando sempre a recuperação do poder administrativo por parte do Senado; por isso, nos anos seguintes, houve muitas lutas pelo poder administrativo de Macau entre os macaenses e o império português. Por exemplo, em 1822, explodiu o movimento liberal e teve também lugar a assembleia dos cidadãos que, no final, decidiu a recuperação da estrutura administrativa que existia antes de 1784, devolvendo os poderes do Senado. Todavia, o movimento fracassou, tendo sido reprimido pelo Governador (Yu, 1996: 1022).

O Senado de Macau foi, por fim, dissolvido em 1835. O governador nomeado pelo rei de Portugal detinha o poder administrativo de Macau. O edifício do Senado foi transformado em câmara municipal e fortaleceu-se a governação do império português. Com a concentração relativa da governação administrativa e a conquista gradual do

sistema administrativo, reduziram-se os elementos políticos instáveis na sociedade, o que favoreceu os negócios marítimos e melhorou a economia de Macau.

Com o objetivo de abrir o porto de comércio da China, contra o embargo marítimo rigoroso do governo de Qing, em 1840, a Inglaterra lançou a Guerra do Ópio que culminou na derrota da China, assinando as duas partes um tratado com condições desiguais: o Tratado de Nanquim. Foi através do Tratado de Nanquim que Hong Kong foi ocupado pela Inglaterra. Com a abertura de Hong Kong como porto livre pela Inglaterra, Macau perdeu as suas vantagens comerciais, entrando numa fase de decadência económica que estimulou a indústria de jogos e o contrabando de ópio.

Em 1846, João Maria Ferreira do Amaral foi designado como Governador de Macau e implementou uma série de políticas coloniais para obter poder de jurisdição sobre os chineses residentes em Macau. Por exemplo, foi ele quem anunciou a cobrança dos foros e impostos para os chineses em Macau, pretendendo, por intermédio dessa medida, ampliar o poder de governação sobre os chineses. Em 1849, o Governador mandou fechar a alfândega instalada em Macau pelo governo de Qing. Com os conflitos entre a parte chinesa e a parte portuguesa, a Porta do Cerco foi ocupada pelos portugueses, sendo os quadros chineses expulsos para o continente. Isto contribuiu para que os portugueses parassem de pagar os 500 taéis de foros ao governo de Qing. Neste período, verifica-se um processo de gradual fortalecimento do poder do império de Portugal na governação de Macau. Em resultado dele, o Senado perdeu os seus poderes administrativos, sendo dissolvido no final, e, sob o efeito da guerra, o Governo de Qing tornou patentes as suas fraquezas, mostrando que não tinha energia para resolver os problemas que se viviam em Macau. Passo a passo, o império português colonizou Macau, enquanto o Governo de Qing observava passivamente, sem capacidade de se opor (Yu, 1996:1024-25).

Acompanhando as naus que partiam com a finalidade de estabelecer negócios, a evangelização católica começou muito cedo em Macau. Com o desenvolvimento da sociedade e da economia, muitos chineses escolheram ser católicos para obterem a proteção da lei, a bênção da religião ou aumentarem os relacionamentos com as comunidades religiosas portuguesas. Normalmente, sob a orientação dos donos portugueses, alguns escravos chineses também escolhiam ser católicos, bem como as mulheres chinesas de portugueses. Com laços mais profundos com os portugueses, os chineses imitaram até os hábitos, a língua e outros traços culturais dos portugueses. Apesar de as comunidades portuguesas e chinesas terem as suas respetivas povoações

e lugares separados, as relações entre estas duas comunidades já tinham melhorado nesta altura. As culturas das duas comunidades influenciaram-se mutuamente ao longo do tempo, interpenetrando-se, preservando, contudo, as suas respetivas particularidades.

3.3. De 1849 a 1898: o declínio do governo de Qing e a consolidação da administração portuguesa

A partir de 1849, os portugueses pararam de pagar os foros de terra. Macau deixou de significar uma fonte de receita, o que implicou o enfraquecimento do poder exercido pelo governo de Qing. Os portugueses começaram a alargar os lugares de ocupação em Macau e, em 1887, a assinatura do «Protocolo Luso-Chinês» fez com que o governo da China perdesse a soberania. Seguiu-se-lhe a assinatura de «Tratado de Amizade e Comércio», que reconheceu o poder de governação a Portugal e consolidou a permanência dos portugueses em Macau. A partir do ano de 1898, os portugueses ocuparam Macau, detendo completamente o poder administrativo (Yu, 1996:1025).

Com a transformação do poder político, emergiram também alguns conflitos entre estas duas comunidades; o assassinato de alguns camponeses chineses pelo governador de Macau, em 1849, foi disso exemplo. Esta situação deveu-se à vontade do governador, que queria construir as rodovias, destruindo os cemitérios de antepassados e os campos dos camponeses chineses, sendo sete as pessoas encarregadas de organizar o assassinio. Além disso, os chineses cansaram-se da cobrança dos foros e impostos. Sentiram as modificações decorrentes do processo de transferência do poder político e perderam o sentimento de pertença e de identidade, não sabendo quem poderia proteger ou representar os seus direitos em Macau. Assim, perderam-se alguns dos direitos anteriores e o seu estatuto social decresceu.

3.4. De 1898 a 1999: do domínio português à devolução de Macau à República Popular da China

Em 1898, os portugueses ocuparam e governaram inteiramente a cidade de Macau e as ilhas de Coloane e Taipa. O império português mandou os seus militares para Macau como forma de fortalecer a sua governação, declarando o território como uma colónia, parte integrante do império. Aliás, a soberania de Macau e a governação administrativa já pertencia aos portugueses. O governador de Macau, como representante do império de Portugal, detinha os poderes de administração e uma parte do poder executivo. Acompanhando o desenvolvimento da colonização, uma série de leis portuguesas foram executadas em Macau, sendo, por exemplo, a língua portuguesa gradualmente utilizada como língua oficial. Ao mesmo tempo, o estatuto social dos portugueses ascendeu, dada a variedade dos povos e o aumento da percentagem de chineses em Macau. Por outro lado, contudo, as autoridades portuguesas cederam em alguns domínios e concordaram em preservar, no quadro legal, os costumes e os hábitos dos chineses.

A realidade, não obstante, é que, na maior parte das leis de Macau, os chineses eram excluídos, desfrutavam de menos liberdades, eram constrangidos e viam os seus direitos desprotegidos nas disputas de interesses. Por seu lado, os portugueses em Macau, protegidos pelas suas próprias leis, detinham um estatuto social mais elevado do que qualquer outra comunidade. Ao contrário deles, o estatuto social dos chineses declinou, ainda que, através do trabalho e do esforço, alguns conseguissem aumentar o seu nível económico e organizar algumas associações de comércio. A questão é que, mesmo assim, não conseguiam aceder aos centros de decisão política. Alguns ocupavam cargos de funcionários públicos, mas não alcançavam o estatuto de representante político da comunidade chinesa, sendo-lhes barrada a defesa das suas ideias. Foi assim que se formaram contradições e conflitualidades entre chineses e portugueses, mas, como na mentalidade chinesa a tolerância e a obediência constituíram sempre dois antídotos eficazes para prevenir as consequências desfavoráveis das disputas, não explodiram revoluções ou grandes movimentos contra a colonização de Portugal. As contradições não deixaram de ser contradições, sendo

constantes e permanecendo no tempo, o que resultou no acumular de fricções: «É como uma mola que vai sendo lentamente pressionada até que ultrapassa a força do gancho que a prende. Nesse momento explode, libertando toda a sua energia» (Cabral, 1993: 410-411).

No século XX, com a queda da Dinastia Qing, terminou a sociedade monárquica na China feudal que se estendeu por aproximadamente dois mil anos. Através da Revolução XinHai, a China transformou-se numa sociedade democrática, abandonando costumes e hábitos atrasados e anacrónicos. Emergiram os conceitos de democracia, de republicanismo e de anticolonialismo, que foram divulgados na China, influenciando também os chineses de Macau.

A 28 de Maio de 1922, um dos praças de Moçambique, com serviços em Macau para Portugal, tropeçou numa chinesa. A mulher gritou e, depois, as pessoas que estavam a passar agrediram o praça. Mais pessoas se foram juntando no local da agressão, até que três delas foram presas, incidente que agravou a sensação de revolta dos cidadãos macaenses. Formaram-se associações sindicais de Esquerda para fazer manifestações e exigir a libertação das três pessoas, mas esta exigência foi rejeitada. Como o conflito não foi resolvido, o povo recusou-se a sair, sendo necessária a intervenção da tropa que reprimiu os manifestantes de forma violenta, resultando em baixas mortais. Este acontecimento esteve na origem de greves e do encerramento de associações (Saraiva, 2004: 30).

Este conflito expôs, de forma clara, as contradições e a comunicação deficiente que havia entre chineses e portugueses. Depois disto, os chineses também despertaram, tomando consciência da sua mentalidade anacrónica, começando a manifestar a necessidade de instalar a democracia e promover a descolonização.

Os anos 30 foram uma época muito complicada para todos os chineses, pois foi a partir de 1931 que os japoneses invadiram três províncias do nordeste da China, dando início ao caminho da guerra de resistência até 1937. Os japoneses organizaram uma invasão maciça da China, tomando para si Pequim, Xangai, Nanquim e outras cidades. Para fugirem da guerra e procurarem oportunidades de sobrevivência, muitos chineses foram obrigados a abandonar as suas terras natais. Em virtude da política de «neutralidade», Macau não foi ocupado pelos japoneses, sendo assim a escolha da maioria, incluindo os portugueses e chineses da China continental. Nos anos 70, a população de Macau mostrou uma tendência de subida acelerada. Quem tinha parentes em Macau, podia juntar-se a eles, obtendo algum auxílio; os outros, sem este apoio,

ficavam reduzidos à condição de refugiados sem abrigo, situação muito frequente para inúmeros chineses.

Com o aumento demográfico vertiginoso verificado em Macau – um território limitado –, diferentes problemas sociais eclodiram, aprofundando-se as contradições e fricções entre diferentes comunidades ou classes. Em primeiro lugar, os refugiados chineses, a maior parte sem eira nem beira, chegaram a Macau para fugir da guerra e, ainda que o governo de Macau fornecesse algumas ajudas – por exemplo, o acolhimento em centros ou campos de refugiados, casas dos pobres, etc. –, tudo se tornava mais complicado com o enorme fluxo migratório. Registam-se, assim, as seguintes situações: «os refugiados chineses não têm dinheiro para hotéis, ou têm família cá, ou vivem no campo de refugiados, ou vivem por aí, na rua» (Real, 2013: 59-60), ou então, «à noite ocupam as ruas centrais, buscando comida, os moradores deixam alguma comida junto ao caixote de lixo, receiam que se o não fizerem os refugiados partam os vidros das montras e das portas, assaltem as lojas, as casas» (Real, 2013: 59). Quando a assistência social não conseguia satisfazer as necessidades das pessoas, muitos, para sobreviverem, entregavam-se a atividades perturbadoras da ordem social, como assaltos, que levavam a queixas dos moradores e à repressão das autoridades, agravando os conflitos já existentes entre os habitantes de Macau e os refugiados.

Deste modo, para os refugiados, a vida era dura, a classe a que pertenciam era a mais baixa e a que granjeava menor respeito social, sendo sempre considerados como os perturbadores da comunidade, um preconceito que tornava a sua situação real ainda pior.

No romance, quando Fátimo saiu à noite, avisado pela polícia do perigo dos refugiados e encontrando um corpo decapitado e decepado, as reações dos polícias foram precisamente opostas àquelas que esperava. A quantidade de vezes que as autoridades tinham já presenciado casos semelhantes transformava a situação em algo banal: o que antes era chocante, tornava-se agora habitual. Muitos refugiados morriam na rua todos os dias. Ninguém se importava se estavam vivos ou mortos, uma vez que o seu estatuto marginal não era merecedor de qualquer respeito. Eram os párias da sociedade macaense:

Um guarda levanta um moribundo sem força para descerrar as pálpebras, só por inércia os pulmões e o coração trabalham, e atira-o à água, diz umas graçolas sobre os fracos e os condenados que vivem para servir os outros, se já não servem o melhor

é matá-los, alça os braços, este já não servia, nada lhe podíamos exigir, para que há de continuar vivo. (Real, 2013: 61-62)

Os preconceitos dominavam os pensamentos mais subconscientes da população. Como seria previsível, as injustiças geravam mais injustiças. Os que vinham para Macau eram vistos como aqueles que vinham agravar as desigualdades. A sociedade era composta por etnias, comunidades e povos distintos, sofria uma sobrecarga de refugiados de guerra e estava confrontada com uma espiral de injustiças, preconceitos e intolerância:

Separavam passageiros orientais de ocidentais, inspeccionavam os documentos daqueles, tinham prendido uma família arrastada para um compartimento baixo, improvisado, de pranchas de madeira, não gostaria de ter estado no papel de chefe daquela família, a mulher chorava, as filhas agarravam-se uma à outra, o filho adolescente berrava. (Real, 2013: 60)

Apesar da sua situação especial, as contradições e os conflitos entre chineses e japoneses eram também uma questão premente em Macau. Ainda que os japoneses não tivessem ocupado Macau, devido à política de neutralidade, controlavam rigorosamente os contactos entre Macau e a China Continental, bloqueando a economia do território. O fluxo dos refugiados tinha uma correlação direta com a invasão dos japoneses, provocando confusões sociais, carência de alimentos, crises de arroz, inflação e a subida incomportável de preços. O número de chineses neste território representava a percentagem maior da população, sendo que muitos contrariavam os invasores japoneses, tentando resistir-lhes de algum modo.

Em 1933, Portugal entrou num período de ditadura – o Estado Novo, dirigido por Salazar. Durante a sua governação, enaltecia-se a colonização, defendia-se que as colónias ultramarinas eram a herança de um passado glorioso e que não podiam ser partilhadas ou cedidas a outro país. «O domínio sobre as colónias emana da consciência nacional, ou seja, da essência da pátria como entidade orgânica, e as disposições legais que regem a administração ultramarino.» (Vieira, 2010: 126). O Estado Novo exaltou a importância da mística imperial, fortalecendo os conceitos do domínio pela colonização e sublinhando, mais uma vez, Macau como parte integrante legítima do império de Portugal.

De facto, após a Guerra Antijaponesa, a consciência da descolonização infiltrou-se gradualmente em Macau. Sob a governação do império de Portugal, o abismo que separava o estatuto social da comunidade portuguesa e chinesa, bem como a corrupção das autoridades em Macau, foi acentuando as discrepâncias de tratamento entre os dois povos. A influência da Revolução Cultural da China desencadeou o Movimento 1, 2, 3, motivado pela negação das licenças para construção de escolas em Taipa que levou ao protesto de membros. Este incidente em muito contribuiu para exacerbar os conflitos. Aliados à infiltração dos conceitos radicais da Revolução Cultural na sociedade macaense, os ideais de luta contra a colonização como única maneira de reivindicar direitos foram-se intensificando, avolumando-se o ódio contra as autoridades portuguesas e os portugueses residentes em Macau. Os chineses de orientação esquerdista iniciaram uma série de movimentos contra os portugueses em Macau, destruindo estátuas de heróis portugueses em Macau, vandalizando lojas portuguesas, entre outros. Muitos portugueses de Macau, em pânico, sentindo as suas vidas ameaçadas, decidiram fugir para Hong Kong.

O Movimento 1, 2, 3 foi o conflito mais grave entre as comunidades chinesas, as autoridades portuguesas e os portugueses residentes em Macau. Neste incidente, confluíram muitas contradições e atritos acumulados ao longo da sua história comum. Em primeiro lugar, os chineses estavam seriamente insatisfeitos com o governo das autoridades portuguesas, sentindo como injustos os altos cargos políticos e privilégios concedidos aos portugueses. Assim, os chineses, «quando tiveram necessidades de exprimirem as suas reivindicações, não encontraram veículo institucional para o fazerem» (Cabral, 1992: 410). Em segundo lugar, os portugueses reclamaram a autoridade como administradores de potência, não abdicando da sua soberania sobre Macau, no contexto do conceito da colonização do Estado Novo. Fortalecendo a ideia do domínio de Macau para os filhos da terra, os próprios macaenses, apesar de serem os únicos verdadeiramente de origem autóctone, não possuíam quaisquer direitos especiais de soberania. Em terceiro lugar, também «as autoridades chinesas sentiram-se sempre com direito para intervirem sobre os desígnios de Macau, mas (...), não tinham meios para o fazerem diretamente.» (Cabral, 1992: 410). Apesar de, nos anteriores contactos durante os negócios, os chineses e os ocidentais conseguirem manter um relacionamento amigável, com vista à obtenção de benefícios mútuos, e, no comércio com a China, os chineses em Macau terem sido os intermediários que permitiam a aproximação das comunidades chinesa e portuguesa, após Portugal

dominar, efetivamente, a soberania de Macau, a linha divisória das duas comunidades ficava mais nítida. Os grupos chineses permaneciam acantonados num setor da sociedade separados dos portugueses: «Até então, a sociedade chinesa local era essencialmente composta por um pequeno grupo de comerciantes relativamente prósperos (...) e um grupo fluido de trabalhadores manuais originários da sociedade rural do delta, cuja relação com a cidade fora sempre muito passageira e incerta» (Cabral, 1992: 411). Além disso, o seu estatuto político e social era sistematicamente ignorado, o que gerava insatisfação e conflitos.

Especialmente em Macau, diferentes etnias e diferentes costumes e hábitos formaram incompatibilidades, que funcionaram como um verdadeiro rastilho social. Uma pequena faísca, que podia ser apenas um pequeno incidente, rapidamente seria capaz de causar a propagação da chama no clima tenso que se vivia em Macau.

Contudo, foi-se progressivamente estabelecendo «em Macau uma classe média chinesa com novos valores e expectativas de promoção socioeconómica» (Cabral, 1992: 411). Por outro lado, no plano político,

(...) foi no decorrer dos anos 60 que ocorreu uma importante mudança sobre quem representa legitimamente os chineses de Macau, os direitos chineses de soberania sobre o território. Anteriormente, os chineses de Macau estavam incertos entre o governo *kuomintang* de Taiwan e o governo comunista da República Popular. Contudo, na época anterior à revolução cultural (1966-1976), os comunistas levaram a cabo com sucesso uma política da criação de alianças com os líderes das comunidades chinesas no exterior. (Cabral, 1992: 412)

A sua consciência de igualdade estava a aumentar, os pensamentos antigos dos chineses estavam a transformar-se juntamente com algumas situações sociais:

(...) os chineses já não receavam nem respeitavam os *kuay lous*, os ocidentes, os diabos brancos, (...) nenhum chinês saltava apressadamente para a rua quando se atravessava com um branco no passeio, fazia de conta que não via o português, como se este fosse transparente, forçando-o a encolher-se ou a desviar-se. (Real, 2013: 272)

Depois de um prolongado período de guerras ultramarinas e de um governo ditatorial, o regime de Salazar foi derrubado pelo Movimento das Forças Armadas que levou a cabo a Revolução dos Cravos em 1974.

Alguns anos depois, o novo governo implementou a política da descolonização, surgindo a oportunidade de os territórios colonizados se tornarem independentes. A crítica às práticas colonialistas e a ascensão dos movimentos descolonizadores na Europa criaram as condições para o regresso de Macau à alçada da China. Para acelerar o processo de governação, no aspeto político, os governantes chineses permitiram a

entrada de novos imigrantes em Macau, os quais estavam intimamente ligados à República Popular da China, formando, assim, a maior parcela da população de Macau composta, principalmente, por chineses da China continental. Deste modo, e do ponto de vista da economia, «o capital que liderou este desenvolvimento em Macau foi essencialmente capital chinês originário de Hong Kong.» (Cabral, 1992: 412). Através desta estratégia, o governo da República Popular da China passou a ter controlo sobre a situação política de Macau, esperando pela ocasião adequada para impor a sua reivindicação.

Seguiu-se um período de transferência de soberania entre as duas partes – Portugal e China. Ambos os países assinaram uma declaração, admitindo Macau como território chinês sob a administração de Portugal. Embora a transferência da soberania tenha sido protelada, a identidade política de Macau estava já consolidada. Dado que Macau apresentava uma sociedade complexa, o processo de recuperação da soberania seria também ele problemático. Era preciso tomar em consideração os interesses das diferentes comunidades e os seus estatutos políticos legítimos, mantendo as particularidades da sociedade macaense, nomeadamente a forma especial do desenvolvimento da indústria e as várias culturas e costumes, encontrando também uma forma de harmonizar as relações entre as diferentes comunidades. Como no desenvolvimento social de Macau do século XX o número de chineses era percentualmente mais elevado, dever-se-ia considerar a atribuição de funcionários para os seus representantes políticos no Departamento da Autoridade de Macau, alterando o fenómeno anterior de monopólio português dos funcionários, possibilitando que, tanto o chinês como o português, trabalhassem em conjunto e que ambas as línguas destes povos fossem usadas em Macau.

Para garantir as dinâmicas do desenvolvimento da economia, respeitar integralmente o desenvolvimento das indústrias pilares, os sistemas sociais originais e os diferentes costumes, adotou-se uma solução especial: *um país, dois sistemas*. Posto de outra forma, a China continental mantinha o socialismo, enquanto que, em Hong Kong e Macau, regiões administrativas especiais, se mantinha o capitalismo.

Importa também perceber que a reivindicação de Macau trouxe preocupações para os portugueses sobre mudanças de identidade, estatutos sociais e direitos. Após o Movimento 1, 2, 3, muitos portugueses regressaram a Lisboa, mas, para os que ficaram em Macau, não havia certezas quanto ao futuro e ao seu estatuto neste território. Para eles, um novo sistema político e legislativo era difícil de aceitar imediatamente. De

facto, com o objetivo de garantir o desenvolvimento estável e evitar provocar distúrbios sociais, prolongou-se o sistema anterior, mantendo-se as identidades e os estatutos sociais legítimos dos portugueses em Macau e também as características de Macau como centro de culturas diversificadas.

Em 1999, foi realizada a cerimónia da devolução da soberania de Macau, pondo assim fim a quatrocentos e quarenta e cinco anos de partilha política entre Portugal e China. Portugal terminou o seu domínio sobre a sua primeira e única colónia situada na China (Yu, 1996: 1028). Após o regresso de Macau, a cidade ultrapassou as velhas tensões político-culturais, ficando uma sociedade mais harmoniosa, ainda que nela tenha persistido uma grande variedade de etnias e culturas.

4. Macau: cenário de uma história de amor proibido

No romance *A Cidade do Fim*, como aliás expressamente declara Miguel Real, narram-se «duas histórias de amor: amor à cidade de Macau, derradeira cidade do império; amor entre um homem e uma mulher» (Real, 2013: 13). Esta última, aquela que pode ser considerada como a subintriga erótica do romance, é uma história de amor proibido.

Em 1941, Fátimo chegou a Macau à procura de melhores oportunidades para a sua vida. Sabia que, com a política de neutralidade, a cidade não tinha sido ocupada pelos japoneses. Desconhecia, contudo, os males da guerra que influenciavam profundamente o território de Macau. Nas ruas e nas traseiras dos restaurantes, havia moribundos e cadáveres por todo o lado. Morria-se de fome, de doença, do ópio. Todo o tipo de histórias trágicas e tristes ali aconteciam. Um corpo decepado e decapitado boiando, de noite, na água escura e grossa. Centenas de vagabundos abandonados. Grupos de canibais que retalhavam os cadáveres para obter pedaços de carne para sobreviverem. Monstros que tentavam violar uma menina de 12 ou 13 anos que apenas tinha fome. Fátimo foi dramaticamente confrontado com estas realidades que desconhecia, chegando mesmo a revoltar-se com o choque entre as suas convicções morais e o real circundante. Salvou a menina que ficou sujeita às atrocidades do grupo de homens sem escrúpulos e assim se iniciou um relacionamento que determinou o rumo de toda a sua vida.

No que diz respeito à tematização da questão amorosa, que faz parte do enredo do romance, é preciso perguntar, em primeiro lugar, se existia realmente amor entre Fátimo e Maria Augusta. Fátimo conheceu a sua futura mulher num serão. Maria Augusta era filha de um sapateiro, João Rodrigues Castanho. O pai fora pescador, trabalhara para dois armadores e, posteriormente, tendo concluído o curso de piloto, trabalhara durante dez anos na Barra de Tejo, conseguindo assim juntar dinheiro suficiente para se reformar e ir para Macau ter uma vida despreocupada com a sua filha, Maria. Esta última tinha então um enxoval reforçado e uma conta no Banco Nacional Ultramarino. Fátimo não se apaixonou por Maria, mas antes pelo estilo de vida que ela lhe podia proporcionar. Embora não a amasse, foi seduzido pelo contexto burguês em que ela se movia. Como salienta o narrador,

Fátimo Martins não se apaixonou por Maria Augusta, nem pela sua dupla trança, nem pelo corpo roliço e os peitos gordos, nem pela voz um pouco grossa e rouca, pastosa, menos ainda pelo seu rosto levemente desarmónico, mais proeminente do lado esquerdo do que do direito, apaixonou-se pela atmosfera burguesa que uma mulher como Maria Augusta lhe proporcionaria, o sofá verde de repas, os napperons floreados sobre as mesinhas, as floreias de canto, o tinir das louças as conversas moles de família, as pernas cruzados, os braços descansados, o tabaco chinês perfumado, o cálice de licor, o jardinzinho de entrada, florido e relvado a preceito pelas mãos de Maria Augusta, o jarrão chinês de imitação na entrada, o canapé com almofadas coloridas em frente ao sofá, o cinzeiro de latão de pé alto, a porta-janela da sala em arco com o cortinado vaporoso de musselina, deixando o sol entrar, uma estantezinha com os livros necessários, Camões, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Eça de Queirós e Camilo Castelo Branco, (...), o soalho brilhante refulgindo a cera envernizada sob os tapetinhos macaenses do bazar. (Real, 2013: 101).

O discurso do narrador ressalva explicitamente que, no primeiro encontro, Fátimo não foi atraído pela sua futura mulher, mas sim pelo ambiente burguês da casa de Maria Augusta, o que já indiciava que, provavelmente, nunca viria a existir um amor puro entre ambos. Isto não impediu, no entanto, que se casassem. Na verdade, idêntica postura é também partilhada por Maria Augusta: «Não houve, nunca houve amor por parte de Fátimo, e da parte de Maria Augusta apenas uma leve vibração física a que não sabia se podia chamar amor; paixão forte e amor duradouro» (Real, 2013: 175). Foi na noite do casamento que Fátimo reconheceu não sentir amor verdadeiro pela esposa. Maria Augusta só lhe poderia proporcionar companhia ou amizade íntima, mas nunca seria a mulher dos seus sonhos:

Fátimo sabia que não amava Maria Augusta, amava o conforto, o prazer doce, o silêncio suave de que Maria Augusta seria símbolo como esposa, procurava a intimidade de um lar que nunca tivera, a companhia amiga e protectora dos sogros, os almoços de domingo de cozido à portuguesa com entrada de camarão frito à moda de Sesimbra um sofá onde pudesse repousar ao fim da tarde, uma poltrona larga onde pudesse ler ou escrever, uma secretária ou escrivãzinha só dele, onde pudesse classificar os exercícios dos alinhos, enfim, também, sem dúvida um corpo de mulher onde pudesse refastelar os seus apetites sexuais, esgotando-os. (Real, 2013: 205)

É, aliás, revelador que, na noite de núpcias, Fátimo tenha sido incapaz de concretizar qualquer relação íntima com Maria Augusta.

Em relação ao amor entre o protagonista e Siu Lin, Fátimo foi, no início, apenas o salvador da jovem chinesa. Ela não tinha percebido o quanto ele se sentiu atraído por ela, não conseguindo desviar o olhar do seu corpo, numa situação erótica totalmente inversa à que ocorrera com Maria Augusta:

Fátimo, incapaz de desviar o olhar ansioso, contemplou a menina, corpo esguio, baixo, delgado e proporcionado, tão magro quanto harmonioso, olhos doces, alongados, cor de mel se banhados por luz branca, ou verde suave, luzente, se escondidos por uma asa de sombra, voz dilatada, muito meiga, que se tinha aberto forte em agudos e se fechara lenta, arrastada, num rouquejo abafado, erotizado, os lábios finos, graciosas, vermelho-vivo, cor de sangue, escarlates, que por contraste com a pele branca do rosto, atraíam o olhar alheio, rosto muito sereno, aberto, não esfíngico, e muito belo, sublime, excelso, de forma ovalada, uma beleza angélica, pura, eterna, perfeita, formosa, pele alva cintilante, radiosa, dentes brancos evidentes, proeminentes, provocadores, cabelos lisos e corridos, (...). (Real, 2013: 103)

Fátimo não entendia porque se sentia atraído pela jovem, supondo que talvez fosse devido à sua empatia para com os sofrimentos dela, à consciência de que protegeu quem era mais vulnerável ou à sua compreensão por ter passado por experiências semelhantes de pobreza. Concluiu, num primeiro momento, que o que sentia por ela se resumia a um sentimento de proteção e não de paixão ou amor. Também ele, na sua infância e adolescência, tinha desejado ser protegido.

De facto, não compreendendo a origem ou os contornos desta atração inesperada, Fátimo rendeu-se ao seu ímpeto avassalador, «como se pela primeira vez o seu corpo dormente de desejo tivesse acordado para o amor, o verdadeiro amor, o que procura prazer e sofre tormentos» (Real, 2013: 105). Por vezes fantasiava, imaginando um futuro comum no qual levava Siu Lin para a sua terra natal, uma menina tornada adulta, casando com ela, apesar da diferença de idade que os separava, vivendo os dois juntos e felizes em idílio doméstico. Com o passar do tempo, Fátimo já imaginava Siu Lin como parte de um plano maravilhoso, vendo-a como sua mulher, mal atingisse a maioridade. Crescia nele a esperança imprudente de viver uma bela história de amor em conjunto com Siu Lin.

Apesar destas fantasias, Fátimo também queria libertar a menina da sua fatalidade trágica, ajudando-a a mudar o seu destino. Impediu-a de trabalhar como criada de uma família recém-chegada, evitando que ela caísse, mais uma vez, num ciclo de sofrimento. Esta criada iria ser decerto usada pelos filhos da família, seria porventura engravidada

por eles e, depois de expulsa da casa onde prestava serviço, iria certamente acabar no caminho da prostituição na Rua da Felicidade.

Fátimo procurou um marido para Siu Lin, assegurando que ela pudesse ter uma vida estável e normal. Não só serviu como intermediário no casamento, pagando as despesas, como também forneceu ajuda financeira para a sobrevivência inicial do casal. O fado de Siu Lin foi, mais uma vez, mudado por Fátimo e a jovem sentia-se honrada por ter um homem do seu estatuto a intervir e a preocupar-se com o seu futuro. O sentimento de amor de Fátimo por Siu Lin avolumava-se perigosamente. Embora não soubesse precisar quando é que se tinha verdadeiramente apaixonado por Siu Lin, nenhuma dúvida restava a Fátimo de que, contra todas as regras e tabus, realmente a amava.

Fátimo não sabe porque e quando se apaixonou por Siu Lin,(...) preferia ser servido pela menina,(...) Fátimo demorava-se descaradamente na contemplação do corpo da menina quando à tarde se sentava no sofá de repes verdes a ler o jornal atrasado de Lisboa ou a classificar testes dos alunos, a noite também, sempre que fazia companhia a D. Lina, lendo um livro ou passando exercícios de Português para Siu Lin resolver no dia seguinte, porventura terá sido ao longo dessas tardes e noites, quando o rosto de Siu Lin se aproximava inocentemente do seu, ouvindo as explicações gramaticais, mirando os lábios de Fátimo para melhorar entender os sons estranhos da língua portuguesa, que Fátimo se sentiu atraído sexualmente pela menina, o desejo de a proteger que sentira desde que a conhecera evoluíra, com o convívio, para uma atracção física, mesmo carnal, a delicadeza débil dos seus gestos, (...). (Real, 2013: 248)

Fátimo sentira a atracção irresistível do rosto de Siu Lin perto do seu, excessivamente perto do seu, saboreando-lhe um hálito virgem e fresco, húmido mas aprazível, fez-lhe uma festa no rosto, espontânea, com as costas da mão (...). (Real, 2013: 249)

Após o Movimento 1, 2, 3, Fátimo e Maria Augusta decidiram regressar a Portugal, para evitarem viver em pânico permanente durante o resto das suas vidas. No dia da sua partida, Fátimo e Maria Augusta deram uma volta pela cidade de Macau, como forma de se despedirem daquela terra. Fátimo recordou a sua vida em Macau, mas não encontrou significados especiais nem para a sua vida, nem na sua carreira. Chegara a Macau quando era um jovem de 25 anos e partiria com 50 anos, aproximadamente um quarto do tempo da sua vida, tendo como mais relevante o

casamento, a sua mulher e a sua carreira. Não conseguiu definir o verdadeiro significado dos vinte e cinco anos de vida neste território, concluindo por fim que «viera a Macau para salvar e amar Siu Lin, (...) o seu nome sintetizava a vida oriental de Fátimo» (Real, 2013: 273).

O verdadeiro amor não se alterou com a passagem do tempo. Aos 60 anos, após a morte de Maria Augusta, Fátimo alimentava ainda o profundo desejo de viver plenamente o seu único amor. Nem a idade, nem mesmo a distância, se interpunham já entre ele e Siu Lin. No dia do reencontro de ambos, aos olhos de Fátimo, Siu Lin «continuava bela, o corpo esguio, magro e pequeno, o rosto permanente inocente, singelo, sem a malícia dos inquilinos (...)» (Real, 2013: 289). Os dois puderam finalmente casar-se e Fátimo alterou o seu testamento, deixando toda a sua herança de Lisboa para os três filhos de Siu Lin. Verifica-se, pois, que Fátimo amou Siu Lin incondicionalmente durante a sua vida inteira.

E Siu Lin amava realmente Fátimo? Não só no início, mas também durante toda a sua vida, Fátimo foi sempre o seu salvador, o seu protetor. Fátimo privava com Siu Lin frequentemente e percebeu que ela seria sua quando ele entendesse. Isto, contudo, não era sintoma de um amor verdadeiro. Era, porventura, o agradecimento pela ajuda de Fátimo ou uma forma de obediência incondicional ao seu senhor. Pelo casamento organizado por Fátimo, Siu Lin «sentia-se honrada por um homem precaver o seu futuro, o homem que a salvara, porventura estaria agora morta se não fosse a intervenção heróica de Fátimo, Siu Lin sentia-se infinitamente agradecida, obedeceria com um sorriso a tudo o que Fátimo lhe propunha» (Real, 2013: 217). Siu Lin sentia uma felicidade e gratidão enormes pelo amor e cuidado que Fátimo lhe dedicava. Isso explica que, na sua noite de núpcias com Li – o seu marido –, Siu Lin tenha confessado a Fátimo que ela tinha sido sempre casada com ele:

Fátimo experimentou-a, agora és uma mulher casada, Siu Lin respondeu, tratando-o por tu, como Fátimo lhe exigia, fui sempre uma mulher casada contigo, mesma menina, na noite em que me salvaste dos mendigos e me levaste para o hotel, eu desconhecia o que era o amor mas os meus olhos não se desgrudavam dos teus e pela primeira vez senti uma sensação agradável entre as pernas. (Real, 2013: 227)

O amor de Siu Lin por Fátimo era indistinto de muitos outros sentimentos, como o da retribuição, pelo facto de ele a ter salvo da miséria, permitindo-lhe alcançar uma

vida confortável e sem sofrimento. Era-lhe, portanto, difícil não amar Fátimo: se não fosse por ele, Siu Lin seria uma refugiada às portas da morte, ou – quem sabe? –, teria já morrido. Nunca teria conquistado uma vida melhor sem o seu auxílio. A isto acrescia uma espécie de obediência natural perpetuada na China Antiga; o próprio Li (marido legítimo de Siu Lin), «na sua memória de servo deveria ter repercutido a entrega da mulher ao seu Senhor» (Real, 2013: 228). Apesar de estas memórias serem fruto de ideias ancestrais, elas moldavam indelevelmente o pensamento e as atitudes dos chineses como Li e Siu Lin. Também Fátimo sabia que Siu Lin o considerava como sendo o seu senhor:

Siu Lin se lhe entregava como a seu senhor, uma ancestral tradição da mulher chinesa tornara-a vaso passivo do homem, obedecendo a este de um modo absoluto, à mulher, Yin, pertencia o lado apagado do mundo, o lado obscuro, sombrio, caprichoso, ao homem, Yang, pertencia o poder, a força, o domínio, a luz; (...) Fátimo incrustou-se na mentalidade de Siu Lin como o seu único homem, o seu grande homem, por muitos que tivesse ou viesse a ter, deveria obedecer-lhe cegamente, e religiosamente o seguiria para onde quer que fosse, pensando apenas na satisfação do bem deste. (Real, 2013: 249)

Fica, pois, claro que o amor de Siu Lin por Fátimo se confundia com o sentimento de gratidão e o dever de obediência. Porém, na verdade, a relação não se reduzia a isto. Em 1976, com o falecimento de Li e o crescimento dos seus três filhos, Siu Lin pensava regressar a Xangai para procurar a sua família. Morreria na terra em que nascera, algo simbolicamente anunciado no dito chinês de que «as folhas flutuantes finalmente caem na raiz da árvore». Na sua carta para Fátimo, ela confessava permanecer fiel à memória do marido, mas dizia também que fora Fátimo o grande amor da sua vida, desejando que regressasse a Macau, para poder passar os últimos tempos da sua vida com ele. Gradualmente, a gratidão e obediência transformaram-se num amor sincero: Siu Lin já não era só a criada dele e Fátimo o seu salvador, assumindo agora os papéis de amante e marido: «recordou as noites de fantasia sexual em que a procurava, a tudo Siu Lin se prontificava, como a serva perante o senhor, a desprotegida perante o seu salvador, a partir de agora teriam amor limpo, como dois corpos puros» (Real, 2013: 290).

Uma vez que o seu amor era recíproco, por que razão era, então, interdito? Em primeiro lugar, importa atender ao contexto social. Em meados do século XX, Macau estava a sob o domínio do império português, a Guerra Antijaponesa estava em curso na China continental e muitos refugiados chineses e estrangeiros fugiram para Macau,

ficando reduzidos ao estatuto de refugiados, não possuindo quaisquer rendimentos que lhes permitissem assegurar a sobrevivência. Estava ainda em curso a implementação da política de colonização. Os chineses, em Macau, ocupavam os estratos sociais mais desfavorecidos, enquanto os portugueses detinham os cargos mais elevados, sendo os chineses normalmente ignorados. Os refugiados viviam uma realidade ainda mais negra. Considerava-se que não tinham qualquer interesse para o desenvolvimento da cidade e que contribuíam apenas para diminuir o acesso aos alimentos, sendo o arroz um bem já muito escasso. Eram considerados os principais responsáveis pelos distúrbios sociais e os vagabundos sem documentos legítimos eram ostracizados pelas pessoas de estatuto elevado.

Devido a esta situação, os refugiados tinham uma atitude de humildade perante a vida, enquanto os membros oriundos da alta sociedade intensificavam cada vez mais os seus devaneios de superioridade. Siu Lin fora também refugiada, sendo Fátimo uma pessoa de estatuto proeminente, um branco português, logo, um funcionário respeitado, um professor do liceu. A diferença de estatuto social dos dois era um fator determinante do distanciamento cauteloso que devia ser mantido entre ambos. Quando, depois de a salvar, Fátimo quis levar a menina para o hotel, a rececionista não permitia que ela aí permanecesse, recomendando que ele a levasse para um campo de refugiados, para o Asilo de Crianças Abandonadas ou para o Hospital Kiang Wu, destinado apenas a chineses.

D. Lina (amiga de Fátimo e Herculano) também não queria ficar com a menina à sua guarda, pensando que Siu Lin, por ser uma refugiada, iria ofender os vizinhos católicos. Antes mesmo sequer de a ver, já supunha que ela era a concubina de Fátimo, uma espécie de escrava sexual:

D. Lina não gostava de uma menina pagã em casa, muito delicado, porventura ofenderia os nossos vizinhos, donos da farmácia mais importante de Macau, muito rígidos, educam os dez filhos em regime católico estrito, muito militar na educação, todos os empregados chineses do bairro são cristãos. (Real, 2013: 87)

A realidade ideológica e social, bem como a política de colonização, deram origem a estas atitudes e comportamentos, sendo D. Lina apenas uma representante dos portugueses. Ela não queria aceitar Siu Lin como sua criada devido à possibilidade de surgirem rumores e de ser rejeitada socialmente por o fazer. Haveria alguém que pudesse aceitar o amor entre uma criada chinesa e um português? Claro que não, para

os portugueses já tinha bastado o escândalo de Camilo Pessanha:

(...) não quero escândalo em casa, para os portugueses, já bastou o Camilo Pessanha, amantizado com uma chinesa, comprou-a no mercado, levou-a para casa, teve um filho dela, não pode ser, não nos damos ao respeito. (Real, 2013: 87)

A clivagem de estatuto social e a falta de coragem para ultrapassar a discriminação levou a que, apesar de Fátimo ter sido um herói e Siu Lin uma vítima, eles não pudessem esquecer a sua identidade original. Foi graças à sua identidade que ele pôde afugentar o grupo de homens selvagens e, quanto a Siu Lin, foi devido à sua identidade, por ter sido percebida como sendo inferior, que foi um alvo fácil para o grupo. Tudo e todos a consideravam como algo de insignificante: ela era uma mera refugiada sem documentos, uma menina pobre rejeitada e o lugar dela deveria ser, obrigatoriamente, o campo de refugiados ou o Asilo de Crianças.

Mesmo quando D. Lina foi persuadida a aceitar finalmente Siu Lin como sua criada, graças à perseverança de Fátimo, Siu Lin foi acolhida por D. Lina. Foi ainda em virtude da sua insistência que Siu Lin conseguiu casar com Li, evitando tornar-se vítima da sua condição social e do destino que lhe estaria reservado: ser usada pelos filhos da família, engravidar e, por fim, ser expulsa da casa. Teve mesmo que recorrer à prostituição na Rua da Felicidade, lugar onde aprendeu que este estilo de vida era frequente e que muitas criadas sofreram as mesmas torturas que ela, acabando por cair no abismo. Mesmo que Siu Lin se tornasse numa criada, a sua vida passaria a ser decidida pelo seu dono e não teria qualquer liberdade. Por oposição, outros com o mesmo estatuto que Fátimo, pertencentes à classe privilegiada, ficariam, ao contrário dele, pouco incomodados, se fossem confrontados com o sofrimento em que viviam pessoas da mesma condição de Siu Lin. Estando a coberto do governo do império de Portugal em Macau, um professor português respeitado e uma rapariga chinesa da plebe, isto é, uma criada, eram nitidamente classes distintas que não se deviam misturar. Os portugueses faziam parte da primeira classe, eram protegidos pela lei portuguesa vigente em Macau, podiam decidir as vidas dos outros, eram convidados para as festas dos burgueses ou para festas só para brancos e alguns macaenses vestidos à europeu, mas onde nunca compareciam chineses da plebe.

Com a Guerra do Pacífico, os chineses em Macau perderam as orientações dos seus representantes legítimos e passaram a deter um estatuto menos favorável. Muitos

de entre eles eram pequenos e médios comerciantes, quase privados de estatuto político e as criadas eram uma comunidade ainda mais ignorada, encontrando-se a vida delas dependente da dona ou do dono que tivessem, vivendo sem liberdade, condenadas a obedecerem cegamente aos seus donos.

Siu Lin, como criada, era um símbolo da China Antiga, obedecia ao seu senhor de um modo absoluto, achando que ao homem pertencia o poder, a força e o domínio. Siu Lin obedecia totalmente às ordens de Fátimo e, em virtude do seu estatuto subalterno, nem sequer pensava em pedir-lhe que cassasse com ela porque a sua condição social era profundamente desigual. Fátimo, por seu turno, também não tinha coragem para enfrentar as convenções sociais. No pensamento dos chineses, o sentido de proporção social era muito importante. Deste modo, os dois elementos de um casal deviam pertencer mais ou menos à mesma classe, deter o mesmo estatuto social e o mesmo poder financeiro. Os pais procuravam a mulher ou o marido mais adequado/a para os seus filhos e o casamento entre classes desiguais não era admitido pelos anciões da família. Assim, dois chineses, um oriundo de Zhuhai e outra de Xangai, eram considerados como um par mais equilibrado, pertencendo Li e Siu Lin ao mesmo contexto. Por isso, foram emparelhados por Fátimo e decidido o seu casamento.

Fátimo carecia de coragem para ignorar as opiniões dos outros, opção que lhe teria permitido casar mais cedo com Siu Lin. O professor não teve forças que chegassem para rejeitar aquela que viria a ser a sua primeira mulher, ficando impressionado pela vida de desafogo que Maria Augusta lhe conseguia proporcionar. Os dois compartilhavam a mesma classe e possuíam o mesmo estatuto social; portanto, casando com Maria Augusta, mesmo não a amando, Fátimo não estava sujeito aos preconceitos e à possibilidade de ser ostracizado pela sociedade. Siu Lin nunca lhe poderia proporcionar a mesma segurança burguesa. Além disso, Fátimo também não se sentia capaz de suportar as críticas, a ignorância e as discriminações a que os vizinhos o sujeitariam se se cassasse com Siu Lin. Por isso, não ousou arriscar este tipo de vida, preferindo acomodar-se com Maria Augusta:

Não tivera coragem de se casar com ela, alugar casa, ir ao teatro a seu lado, ao café, apresentá-la aos colegas professores, fazer vida completa com Siu Lin, sempre fora um cobarde excepto na noite em que salvara Siu Lin, se com ela se tivesse casado a sua terra seria agora Macau, não Lisboa, (...) faltara-lhe a coragem de se casar com Siu Lin, que lhe preencheria a vida, prestando-lhe um sentido forte, sólido, diferente, fora isso, um passo mal dado, por vergonha social, por preconceito, devia ter esperado que Siu Lin perfizesse dezoito anos e casado com ela, teria cumprido o

grande destino do português no Império, tornar-se outro, não o fizera, continuara português puro, de Lisboa, esvaziara a vida. (Real, 2013: 274-275)

Sem coragem para enfrentar as adversidades sociais, a opção pelo casamento com Maria Augusta proporcionou-lhe o acesso ao «doce consolo de um soalho encerado e de uma casa farta à sua espera, um sofá fofo para as leituras dos clássicos com uma prancha para corrigir os exercícios dos alunos, uma casa onde à noite pudesse contemplar, do terraço, do quintal ou apenas da varanda, as estrelas cadentes, mirando na baía os jogos de luzes dos juncos chineses» (Real, 2013:176-177), continuando ele a desempenhar o seu cargo de funcionário público português, ganhando algum dinheiro, vivendo uma vida despreocupada e confortável, sendo um membro respeitado da sociedade. Com Siu Lin, ele perderia tudo isto e teria tido uma vida muito menos confortável:

Com Siu Lin teria arriscado a marginalidade na comunidade portuguesa, não teria sido convidado para as recepções no palácio do Governador, as comemorações do dia de Portugal, as festas no Teatro D. Pedro V, não tinha chegado a Macau com sonhos, apenas a curiosidade pequeno-burguesa de um nado no Bairro, terra apertada, regressava com algum dinheiro, o suficiente para se reformar e viver dos rendimentos de andares alugados, em suma, concluíra Fátimo, um quarto de século de vida vazia, toldada pela sobrevivência, isto é, pelo dinheiro. (Real, 2013: 274)

Fátimo não conseguia abdicar da sua mentalidade de pequeno-burguês nem queria ser outro Camilo Pessanha, objeto de mais um escândalo para os portugueses comentarem, casando com uma criada chinesa, vítima das críticas ignorantes dos vizinhos, dos colegas e de outros burgueses. Tanto ele como Siu Lin não ousavam quebrar os preconceitos resultantes do facto de pertencerem a diferentes classes, fortemente enraizados na cultura da China Antiga. Siu Lin via Fátimo como o seu salvador, mas também como seu dono e senhor. A sua relação com ele só podia ser a de criada ou de concubina clandestina, nunca de esposa. O único cenário em que este projeto de conjugalidade era possível seria num futuro no qual a ordem colonial tivesse sido abolida e a mentalidade vigente permitisse a liberdade de opção, a ausência de discriminação social e o respeito pelas escolhas individuais.

Ao impedimento social acrescia também o obstáculo colocado pelas religiões. A discriminação religiosa remonta já aos primórdios da ideia de Europa. Com a expansão do catolicismo, os judeus converteram-se em alvos a expulsar, perseguir e torturar. No

período das Cruzadas, um movimento militar europeu inspirado pelos cristãos para conquistar o lugar santo de Jerusalém, os países considerados pagãos foram palco do homicídio de inúmeros não crentes. Muitos sofreram torturas e encarceramento às mãos do órgão máximo de perseguição religiosa, a Inquisição. Para os judeus, a Cruzada foi um pesadelo, tendo muitos deles perecido em virtude da terrível perseguição que lhes foi movida. No século XX, no decurso da Segunda Guerra Mundial, o fenómeno do antissemitismo atingiu um novo cume, sendo os judeus brutalmente assassinados, um massacre em grande escala que quase levou à extinção deste povo. Mesmo na época contemporânea, muitos judeus são ainda excluídos e torturados. Todos estes factos históricos permitem exemplificar como os conflitos entre religiões diferentes podem originar problemas que não é possível ignorar.

Neste romance, Fátimo Martins, crente na religião católica, foi profundamente influenciado e formatado pelo espírito do catolicismo desde o seu nascimento. Uma vez que essa crença o acompanhou até Macau, a hipótese de se casar com Siu Lin, uma pagã, era inaceitável. Os dogmas da sua religião não lhe permitiam casar-se com uma pagã e, ao invés de desafiar as verdades da sua fé, decidiu seguir estas regras como se tivesse sido ele mesmo a criá-las, sentindo, no entanto, um amor inelutável por Siu Lin.

No primeiro capítulo, como a mãe de Fátimo ouviu a lenda da aparição de Fátima e dos três pastorinhos, aquecida pela febre da fé, deu o nome Fátimo ao seu filho. Este nome não só serviu para conferir uma identidade ao protagonista, mas funcionou também como um bloqueio, influenciando as suas opiniões e limitando as suas ações, com base na doutrina religiosa. Assim, durante muito tempo, os dois, Siu Lin e Fátimo, guardaram dentro de si o que sentiam um pelo outro, idealizando, mas não concretizando, a ideia do casamento. No parecer dos outros, duas pessoas com religiões ou crenças diferentes não são adequadas para se casarem uma com a outra. Para os católicos, nesta altura, o casamento com pessoas pagãs traria certamente inúmeros problemas sociais, causados pelo julgamento do resto da sociedade.

A importância dada à cor da pele e às diferentes raças foi também um fator com um efeito decisivo na delineação do rumo de vida das personagens do romance de Miguel Real. A discriminação com base em critérios raciais é um problema recorrente, sendo que, mesmo hoje, ainda há quem seja rotulado e estereotipado devido à cor da sua pele. No romance, Herculano e Maria Augusta amavam-se, mas estavam impedidos de se casarem. O casamento de cada um foi determinado em função da cor da sua pele e da raça: «Herculano, cuja timidez e porventura vergonha e desprezo pela sua pele

timorense e os seus olhos rasgados indianos impediram que confessasse o seu intenso amor por Maria Augusta» (Real, 2013: 175). Os obstáculos para Herculano e Maria Augusta não eram só os que advinham de uma vida dura e do facto de viverem longe um do outro (ele era de Díli), mas também os que radicavam na diferença no tom da pele. Acor acastanhada da pele timorense, a de um nativo de uma colónia, um cidadão de segunda, já era o suficiente para fazer Maria Augusta hesitar, mesmo que Herculano fosse rico e descendesse de uma família nobre de Macau. A riqueza dele e a sua virtude não conseguiram alterar o preconceito em relação à raça e à cor da pele. Os pais de Maria Augusta manifestaram o seu profundo desagrado pelo casamento de Maria e Herculano, fazendo as seguintes comparações, para que a filha percebesse o que lhe estava destinado por condição social:

(...) o limite da admissibilidade, viver no fim do mundo de Timor com um nativo de pele acastanhada, numa casa de pedra rodeada de palhotas, nem pensar; como homens da praia e descendentes de pescadores, os Castanhos tinham assumidos preconceitos contra a cor atrigueirada da pele, sabia-lhes a pobreza ou, em último caso, a ascendência inferior, suja, nativa, o seu modelo residia em pele branca, alvíssima, prova de que se era urbano, (...) a mãe fora brutal mas verdadeira, entre o branco e o preto, escolhe o branco, entre a cidade e a selva, escolhe a cidade, entre a loja francesa e o mercado popular, escolhe a loja. (Real, 2013: 204)

Fátimo, um homem branco, era um funcionário português respeitável, mas Siu Lin, uma chinesa refugiada provinda de Xangai, era de cor amarela e possuía o estatuto social mais baixo do que os macaenses e portugueses. Os direitos consagrados pela lei a que Fátimo tinha acesso nunca seriam os mesmos aos quais Siu Lin poderia recorrer. Ela só podia ser uma trabalhadora, sobrevivendo todos os dias graças ao suor do seu rosto. Ao ser salva por Fátimo, Siu Lin nem sequer podia fingir ser, por exemplo, sobrinha dele ou de um branco. Ninguém acreditaria nela, devido ao tom da sua pele; para o chefe do Fátimo, ela só poderia ser a prostituta do seu empregado. A figura do europeu branco retratada por Fátimo era também a única capaz de afugentar o bando de homens sem escrúpulos, pois até os malandros sabiam que não era a mesma coisa violar uma chinesa ou matar um branco: «não queriam problemas com os diabos brancos» (Real, 2013: 290).

Por último, refira-se também a diferença de idades. Quando Fátimo salvou Siu Lin, ela era ainda só uma menina com cerca de 12 ou 13 anos, que tinha um corpo, rosto e idade semelhantes aos dos seus alunos de Lisboa. Fátimo contava já 26 anos na altura,

sendo muito mais velho do que Siu Lin. Eram inevitáveis as insinuações de pedofilia por parte de Fátimo e, de qualquer modo, Siu Lin seria considerada como uma prostituta ao seu serviço. Mesmo que imaginasse levar Siu Lin para Portugal, primeiro seria preciso que ela ficasse ao cuidado da sua meia irmã até fazer 18 anos. Nesta altura, ele teria 33 anos. Apesar de, no casamento, a diferença de idade não ser um problema muito grave, também o fator etário foi motivo de impedimento de se casarem.

Como Maria Augusta podia dar a Fátimo uma vida confortável e sem preocupações, e ambos pertenciam à mesma classe e tinham um estatuto semelhante, estavam reunidas todas as condições para um casamento adequado, na perspetiva dos costumes da altura. Este casamento, esta relação legal, foi vivida por Fátimo com uma vida paralela, pois, ao mesmo tempo, Fátimo e Siu Lin mantiveram uma relação amorosa; ela era a sua concubina. O relacionamento da concubina e do amante foi um amor proibido que, caso fosse conhecido, colocaria aos dois à mercê das críticas dos vizinhos, dos amigos e dos parentes. Provavelmente, nunca seriam perdoados pelos outros, sendo casos como este extremamente criticados na China Antiga. Todos acreditariam que a relação entre Fátimo e Siu Lin, fora do casamento, seria sem dúvida alvo de reprovação social. Provavelmente, esta mentalidade é capaz de subsistir ainda em Macau.

Conclusão

Durante a vigência do período colonial, os colonizadores assenhoreavam-se das civilizações colonizadas para as governar e controlar as religiões, culturas, políticas e leis, colocando as colônias sob o seu jugo. Para melhor exercer o seu domínio, os colonizadores disseminavam a ideologia que mais lhes convinha. Assim, conseguiam fazer prevalecer as suas leis e costumes, protegendo os seus próprios interesses e salvaguardando os altos estatutos sociais e os privilégios; pelo contrário, os colonizados eram relegados para as posições de escravos e oprimidos, sofrendo, ao longo do tempo, a discriminação e um tratamento injusto. No contexto colonial, havia sempre fricções e contradições entre os colonizadores e colonizados. Com o despertar da consciência da necessidade de emancipação e de igualdade, os colonizados foram organizando uma série de movimentos de resistência à colonização. Finalmente, muitos países obtiveram a sua independência, prevalecendo assim o direito à autodeterminação dos povos e sendo a ideologia colonizadora substituída por ideias que valorizam a liberdade.

Em 1553, com o objetivo de secar as mercadorias e as embarcações na época das monções, os portugueses entraram, pela primeira vez, no território de Macau. Como, naquele tempo, Macau era só uma pequena aldeia piscatória, os portugueses construíram casas para facilitar a realização dos negócios nas áreas costeiras de Macau. Nestas circunstâncias, os comerciantes procuraram ganhar a confiança e a permissão do governo da China para permanecer em Macau. Os portugueses foram promovendo o desenvolvimento de Macau e, aos comerciantes chineses que já mantinham relações comerciais com os portugueses, mais chineses se foram juntando no território.

Em 1887, com a mudança da situação de Macau e China, os portugueses deixaram de fazer o pagamento do foro de Macau ao governo chinês. Os portugueses começaram a exercer um domínio maior sobre Macau, intensificou-se a política colonialista e existiam muitos conflitos entre as duas comunidades. Os governantes instauraram leis que protegiam os seus próprios interesses. Os governados sofreram a opressão, o tratamento subalterno e a discriminação devido à cor da pele, às crenças religiosas, etc.

No romance *A Cidade do Fim*, de Miguel Real, Siu Lin pode ser considerada como uma representante dos governados, uma refugiada com pele amarela, pagã; por isso, quando foi salva por Fátimo, ninguém queria receber uma refugiada sem documentos.

Dona Lina, por exemplo, não quis acolher uma menina desvalida com medo do que os vizinhos pudessem pensar. Fátimo, formatado pela religião desde o nascimento, não teve coragem para lutar contra tudo e todos e casar com Siu Lin. Pensou que, em Macau, o amor entre membros das duas comunidades nunca seria permitido. Siu Lin também reconheceu que ela e ele pertenciam a duas comunidades diferentes e que sobre isso havia muitos preconceitos. Naquele tempo, ela não iria ser aceite e iria sofrer discriminação, pelo que aceitou o casamento com o chinês arranjado por Fátimo.

Posteriormente, depois do fim do regime de Salazar, muitas colónias ultramarinas declararam a sua independência. Macau foi reivindicada também pela China, o que significou o termo completamente da administração de Portugal em Macau.

Em vésperas do regresso de Macau ao domínio chinês, muitas fricções entre as duas comunidades foram resolvidas e novas políticas foram sendo implementadas. Muitas diferenças atribuíveis à hierarquia, à raça ou à religião foram diluídas. Cada vez mais, os chineses escolheram Macau como um destino para se instalar. Só neste contexto é que Fátimo finalmente abandonou os preconceitos retrógrados e se libertou da sua formação religiosa, perseguindo o seu amor. O casamento de Fátimo e Siu Lin assinala emblematicamente a derradeira fase do império português em Macau e a abolição de muitas regras antigas.

Emancipados da ordem violenta do colonialismo, os indivíduos traçaram novas vidas e puderam perpetuar os seus costumes e opções de vida. Os destinos singulares das personagens alteraram-se ao ritmo do desenvolvimento da história de Macau e, portanto, são inseparáveis do destino da cidade, a verdadeira protagonista do romance de Miguel Real.

Bibliografia

- AMARO, Ana (1988). *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- BEJA, Helder (2013). «Os melhores portugueses são os que estão fora de Portugal [entrevista a Miguel Real]». *Suplemento Ponto Final*, nº 126 (14 de junho), disponível em <https://paragrafopontofinal.wordpress.com/2013/06/14/os-melhores-portugueses-sao-os-que-estao-fora-de-portugal/>
- BECKER, Caroline Valada (2015). «[recensão a] Real, Miguel. *O último europeu – 2284*. Lisboa: Dom Quixote». *Revista Navegações*, vol. 8, nº 2, 195-197.
- CHENG, Christina Mil Bing (1999). *Macau: a cultural Janus*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- CABRAL, João de Pina (1993). «Novos valores e formas de vida em Macau nos anos 90». *Análise Social*, vol. XXXVIII (121), 409-416.
- CAIRNS, Rebecca (2015). «The Second Sino-Japanese War», *Alpha History*, disponível em <http://alphahistory.com/chineserevolution/sino-japanese-war/>
- LAGARTINHO, Rui (2013). «Um pouco antes do fim [recensão a *A Cidade do Fim*, de Miguel Real]». *Ípsilon* (14 de novembro), disponível em <https://www.publico.pt/2013/11/14/culturaipsilon/critica/um-pouco-antes-do-fim-1659159>
- LIM, Ivy Maria (2013). «From Haijin to Kaihai: The Jiajing Court's Search for a *Modus Operandi* Along the South-eastern Coast (1522-1567)». *Journal of the British Association for Chinese Studies*, vol. 2 (July), 1-26.
- MARTINS, Cândido Oliveira (2013). «Miguel Real e as narrativas históricas do ciclo Brasileiro: as ficções do império e as imagens do Brasil colonial». *Revista Veredas*, nº 20, 35-54.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (2001). *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. 2º Volume (Macau e Timor). Lisboa: Fundação Oriente.
- MENDES, Carmen Amado (2016). «A evolução das relações luso-chinesas». In Zhu Lun & Ríos, Xulio (orgs.). *Estudios Iberoamericanos 2015-2016*. China:

Academia de Ciências Sociais, 396-477.

MEDEIROS, Aldinida (2015). «*Memórias de Brancas Dias: uma releitura, no romance histórico contemporâneo, sobre judeus perseguidores*». *Historiae*, 6.1, 9-27.

SCOTT, Howard M. (2008). «Macao and the Europeans», disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.730.1169&rep=rep1&type=pdf>

QUIROGA, Carlos (2016). «A obra de Miguel Real, torrente lúcida e apelativa». *Palavra Comum* (19 dezembro), disponível em <http://palavracomum.com/a-obra-de-miguel-real-torrente-lucida-e-apelativa/>

SIU, Yu Ng (1996). «A administração de Macau ao longo da sua história». *Administração*, nº 34, vol. IX, 1015-1028, disponível em www.safp.gov.mo/safppt/download/WCM_004079

O'NEILL, Mark (2011). «Scourge of the War», *Macao Magazine*, nº8 (17th July), disponível em <https://www.macaomagazine.net/history/scourge-war>

SARAIVA, Rute (2004). *Ventos de Este, Ventos de Oeste. A Questão de Macau nas Relações Luso-Chinesas*. Relatório de Mestrado em Relações Internacionais. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, disponível em <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Saraiva-Rute-Ventos-de-Este-Ventos-de-Oeste.-A-Questao-de-Macau-nas-relacoes-luso-chinesas.pdf>

SUMIO, Hatano & JUN'ICHIRO, Shôji (2011). «The Sino-Japanese War of 1937–45: Japanese Military Invasion and Chinese Resistance». In *Japan-China Joint History Research Report. Modern and Contemporary History*, vol. I, disponível em www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/pdfs/jcjhrr_mch_en1.pdf

TOBE, Ryoichi (2011). «The Manchurian Incident to the Second Sino-Japanese War». In *Japan-China Joint History Research Report. Modern and Contemporary History*, vol. I, disponível em www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/pdfs/jcjhrr_mch_en1.pdf

VIEIRA, I. Patrícia (2010). «O império como fetiche no Estado Novo: *Feitiço do Império* e o sortilégio colonial», *Portuguese Cultural Studies*, 3 (Spring), 126-

144.

LA VALLE, Paolo (2014) «Repensar a Modernidade é Repensar a Europa: uma leitura possível de *A Voz da Terra*, de Miguel Real». *Revista Desassossego*, 12 (dezembro), 5-19.

Webgrafia

China History Guide 22- WWII in China or Second Sino Japanese War (1937-1945), disponível em <https://windowintochina.wordpress.com/2017/07/09/china-history>